

7º SIMULADO GERAL

GABARITO

1E	2A	3C	4C	5E	6A	7C	8C	9E	10D
11B	12A	13E	14E	15C	16D	17E	18B	19A	20B
21B	22E	23E	24C	25C	26B	27A	28B	29C	30B
31E	32A	33D	34C	35B	36E	37C	38C	39E	40D
41D	42C	43A	44B	45C	46E	47D	48C	49B	50E
51A	52A	53C	54A	55E	56B	57D	58A	59D	60C
61A	62B	63E	64C	65A	66B	67E	68C	69A	70E
71C	72B	73E	74E	75B	76B	77C	78E	79B	80B
81C	82A	83A	84B	85A	86D	87C	88E	89D	90B
91D	92B	93B	94D	95D	96A	97B	98A	99E	100B

GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia a tirinha para responder às questões de números 01 a 03.



(Disponível em <<http://depositodocalvin.blogspot.com/2013/01/calvin-haroldo-tirinha-612-23-de-julho.html>> Acesso em: 15/08/2021)

Segundo a tirinha, podemos entender que

- A) Calvin considera importante andar de carro para ajudar a proteger as calotas polares.
- B) a mãe de Calvin o elogia pelo seu cuidado com o meio ambiente.
- C) o garoto reconhece, no terceiro quadrinho, sua responsabilidade pelas consequências do efeito estufa.
- D) o diálogo entre Calvin e sua mãe evidencia a passividade do garoto diante da destruição do planeta.
- E) Calvin se sente indignado por não ter sido informado acerca das alterações ambientais causadas pelo efeito estufa.

Comentário

E) Calvin se sente indignado por não ter sido informado acerca das alterações ambientais causadas pelo efeito estufa.

CORRETA. É exatamente o que entendemos da última fala de Calvin! Ele demonstra indignação, quando diz que ninguém havia lhe contado do gelo das camadas polares, cujo derretimento é justamente uma das alterações ambientais causadas pelo efeito estufa.

GABARITO E

2 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Considere a frase a seguir.

“Claro, você já vai ter batido as botas quando isso acontecer, mas eu não!”

O termo mas estabelece entre as ideias a relação de oposição, como ocorre também com o termo destacado na frase:

- A) Expliquei-lhe sobre o efeito estufa, e ele continuou a querer ir de carro para qualquer lugar.
- B) Se não me contarem sobre os problemas, não poderei ajudar.
- C) Os poluentes que nós lançamos no ar estão prendendo o calor solar, assim vamos derreter o gelo das calotas polares.
- D) Não só o Calvin mas também sua mãe passaram a andar menos de carro.
- E) Os poluentes estão prendendo o calor solar e derretendo o gelo das calotas polares.

Comentário

A) Expliquei-lhe sobre o efeito estufa, e ele continuou a querer ir de carro para qualquer lugar.

CORRETA. Perceba que o “e”, embora seja uma conjunção essencialmente aditiva, ele foi empregado, neste caso, com valor adversativo. Ele pode ser substituído tranquilamente por “mas”:

“Expliquei-lhe sobre o efeito estufa, mas ele continuou a querer ir de carro para qualquer lugar”

B) Se não me contarem sobre os problemas, não poderei ajudar.

INCORRETA. O “se” tem valor condicional.

C) Os poluentes que nós lançamos no ar estão prendendo o calor solar, assim vamos derreter o gelo das calotas polares.

INCORRETA. “assim” tem valor conclusivo.

D) Não só o Calvin mas também sua mãe passaram a andar menos de carro.

INCORRETA. “mas também” tem valor aditivo.

D) Os poluentes estão prendendo o calor solar e derretendo o gelo das calotas polares.

INCORRETA. O “e”, nesta relação semântica, foi empregado no seu sentido essencial “aditivo”.

GABARITO A

3 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Está empregada em sentido figurado a expressão destacada em:

- A) O que é esse tal de efeito estufa que eu ouvi falar?
- B) Os poluentes que nós lançamos no ar estão prendendo o calor solar.
- C) Você já vai ter batido as botas quando isso acontecer.
- D) Ir de carro para qualquer lugar mais distante que um quarteirão.
- E) Ninguém tinha me falado do gelo das camadas polares.

Comentário

(C) Você já vai ter batido as botas quando isso acontecer.

CORRETA. “Batido as botas” é a expressão figurada para dizer que a pessoa já vai estar morta.

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOITAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos:	Exemplos:
Minha vida é um livro aberto.	Meu livro está aberto na mesa.
Eu tenho um olhar frio.	Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS	
É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.	



GABARITO C

4 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 04 a 07.

Colunista comenta relatório do IPCC sobre mudanças climáticas.

“O que já havia sido previsto vem se materializando com um aumento médio da temperatura da Terra, chegando-se à conclusão de que esse aumento está chegando antes do previsto”, diz Paulo Saldiva em seu comentário sobre o sexto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). As consequências são as de que os ciclos hidrogeológicos vão aumentar em sua intensidade e frequência, provocando, de um lado, períodos de seca alternados com inundação e, por outro lado, a elevação dos níveis dos mares comprometerá cidades costeiras, assim como a desertificação de algumas regiões afetará a produção de alimentos.

Não bastasse tudo isso, as inundações e o aumento da temperatura vão facilitar o surgimento de vetores de doenças infecciosas, como dengue, zika, malária ou febre amarela. Aliás, em se tratando de saúde, deve-se observar ainda que os extremos de temperatura farão com que algumas pessoas com doenças cardiovasculares e respiratórias tenham sua saúde ainda mais comprometida, até mesmo com risco de morte.

Para o colunista, ainda há tempo de reverter esse cenário de caos, embora parte dessas alterações, admite, seja irreversível. “Se fizermos tudo certo, vai ser necessário mais de um século para que a gente reverta as condições anteriores que nossos antepassados deixaram”.

(<https://jornal.usp.br/radio-usp/445402/>, 16.08.21. Adaptado)

* Hidrogeológico: Relativo ao estudo das águas subterrâneas.

De acordo com o texto, o relatório do IPCC aponta para

- A) as consequências que não eram previstas, como o aumento médio da temperatura da Terra.
- B) as consequências relacionadas ao ciclo das águas cuja intensidade e frequência serão mais amenas.
- C) o comprometimento da configuração das cidades costeiras e do nível de produção de alimentos.
- D) o reaparecimento de doenças infecciosas já erradicadas, como a malária.
- E) irreversibilidade do quadro, uma vez que sequer após um século tais condições serão revertidas.

Comentário

C) o comprometimento da configuração das cidades costeiras e do nível de produção de alimentos.

CORRETA. Essa conclusão decorre da última parte do primeiro parágrafo:

“O que já havia sido previsto vem se materializando com um aumento médio da temperatura da Terra, chegando-se à conclusão de que esse aumento está chegando antes do previsto”, diz Paulo Saldiva em seu comentário sobre o sexto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). As consequências são as de que os ciclos hidrogeológicos vão aumentar em sua intensidade e frequência, provocando, de um lado, períodos de seca alternados com inundação e, por outro lado, a elevação dos níveis dos mares **comprometerá cidades costeiras, assim como a desertificação de algumas regiões afetará a produção de alimentos.**

GABARITO C

5 - **(7º Simulado Geral. 2021. Vunesp)** Na última frase do texto “Se fizermos tudo certo, vai ser necessário mais de um século...” a vírgula marca um deslocamento da oração adverbial em relação à oração principal.

Assinale a alternativa em que a vírgula está empregada com a mesma finalidade:

- A) O aumento de temperatura vai facilitar o surgimento de doenças infecciosas, como a dengue.
- B) Pessoas com doenças cardiovasculares deverão ter mais cuidado, pois poderão sofrer com os extremos de temperatura.
- C) Para o colunista, precisamos voltar às condições deixadas por nossos antepassados.
- D) A desertificação de algumas regiões será fato consumado, caso haja mais desequilíbrio nos ciclos hidrogeológicos.
- E) Ainda que parte das mudanças climáticas seja irreversível, devemos agir para retardar seus efeitos.

Comentário

A alternativa em que a vírgula está sendo empregada com a mesma finalidade do enunciado é a letra “e”:

- E) Ainda que parte das mudanças climáticas seja irreversível, devemos agir para retardar seus efeitos.

Oração principal com o verbo: devemos agir para retardar seus efeitos.

Perceba que houve o deslocamento da oração adverbial.

A ordem direta seria: “devemos agir para retardar seus efeitos, ainda que parte das mudanças climáticas seja irreversível.

GABARITO E

6 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em atendimento à norma-padrão de concordância nominal da língua portuguesa, as lacunas do trecho elaborado a partir do texto original devem ser preenchidas, respectivamente, por:

Estava _____ alguma elevação da temperatura da Terra, porém o período de seca e o de inundação, cada vez mais _____ em diversas regiões, levam à conclusão de que os efeitos desse aumento estão chegando antes do esperado.

É _____ perseverança para reverter as consequências de cunho _____ causadas pelo aquecimento global.

- A) prevista ... alterados ... necessário ... ambiental
- B) previsto ... alterados ... necessária ... ambientais
- C) prevista ... alterado ... necessária ... ambientais
- D) previsto ... alterado ... necessário ... ambiental
- E) previsto ... alterado ... necessária ... ambiental

Comentário

A) *prevista ... alterados ... necessário ... ambiental*

CORRETA.

- 1) O que estava prevista? Alguma elevação da temperatura da Terra. Assim, “**prevista**” deve estar no feminino, concordando com a “elevação”.
- 2) O que estava cada vez mais alterado? O período de seca e o de inundação. Portanto, devemos usar “**alterados**” no plural.
- 3) Perceba que “perseverança” não está determinada (precedida de artigo ou pronome), de forma que devemos usar “**necessário**”. De fato, as expressões “é preciso”, “é bom”, “é necessário”, “é proibido”, são invariáveis quando o sujeito não estiver determinado por artigo ou pronome.

É necessário perseverança – correto (não foi determinado)

É necessária a perseverança – correto (foi determinada pelo artigo “a”).

- 4) Devemos usar “ambiental”, para concordar com “de cunho” (singular).

Ações de cunho social.

Consequências de cunho ambiental.

Projetos de cunho econômico.

GABARITO A

7 – (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) No trecho do 1º parágrafo “... embora parte dessas alterações, admite, seja irreversível” a expressão destacada introduz, em relação à primeira parte do enunciado, uma

- A) condição.
- B) comparação.
- C) concessão.
- D) consequência.
- E) oposição.

Comentário

Vamos retomar o período inteiro do texto:

“Para o colunista, ainda há tempo de reverter esse cenário de caos, embora parte dessas alterações, admite, seja irreversível”

Perceba que embora existam alterações irreversíveis, ainda há tempo de reverter o cenário de caos, ou seja, o fato de haver alterações irreversíveis não vai impedir que o caos seja revertido.

Assim, o termo “embora” introduz, em relação à primeira parte do enunciado, uma ideia de concessão.

De fato, as conjunções concessivas, como embora, conquanto, ainda que, mesmo que, apesar de que, indicam uma oração em que se admite um fato contrário à ação principal, mas é incapaz de impedi-la.

GABARITO C

8 – (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia o texto, para responder às questões de números 08 a 15.

Escritório

Aluguei um escritório. Minha senhoria é a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – o que quer dizer que começo bem, sob a égide de um santo de minha particular devoção. Espero que ele me assista nesta grave emergência.

Grave, porque assumi compromisso, com contrato registrado e sacramentado, de cumprir fielmente o regulamento do prédio na minha nova condição de inquilino. Não posso, por exemplo, colocar pregos que danifiquem as paredes.

Mas escritório de quê? Advocacia? A tanto não ousaria, sendo certo que minha qualidade de bacharel nunca me animou sequer a ir buscar o diploma na Faculdade (onde, confio, esteja ainda bem guardado à minha espera, se dele precisar para qualquer eventualidade: a de ser inesperadamente convocado à vida pública, por exemplo, com uma honrosa nomeação, sacrifício a que seria difícil esquivar-me). Pelo que, não ousariam a esta altura da minha vida, iniciar-me na profissão a que o dito diploma presumivelmente me habilita. Além do mais, eu não poderia mesmo colocar o prego para dependurá-lo na parede.

Fica sendo então escritório, tão-somente. Nem mesmo de literatura: apenas um local onde possa acender diariamente o forno (no sentido figurado, apresso-me a tranquilizar o condomínio) desta padaria literária de cujo produto cotidiano, fresco ou requentado, vou vivendo como São Francisco é servido. Levo para o meu novo covil uma mesa, uma cadeira, a máquina de escrever – e me instalo, à espera de meus costumeiros clientes.

Estranhos clientes estes, que entram pela janela, pelas paredes, pelo teto, trazidos pelas vozes de antigamente, vindos numa página de jornal, ou num simples ruído familiar: projeção de mim mesmo, ecos de pensamento, fantasmas que se movem apenas na lembrança, figuras feitas de ar e imaginação.

(Fernando Sabino. A mulher do vizinho. Adaptado)

É correto afirmar que o objetivo do narrador ao alugar um escritório é

- A) exercer a profissão para a qual se habilitou na faculdade.
- B) reunir-se às escondidas no local, que ele chama de covil.
- C) produzir seus escritos, seguindo sua inspiração.
- D) atender clientes interessados em seus serviços profissionais.
- E) criar um ambiente propício para testar suas aptidões gastronômicas.

Comentário

C) produzir seus escritos, seguindo sua inspiração.

CORRETA. Essa afirmação decorre da última parte do 4º parágrafo:

“Fica sendo então escritório, tão-somente. Nem mesmo de literatura: apenas um local onde possa acender diariamente o forno (no sentido figurado, apresso-me a tranquilizar o condomínio) desta padaria literária de cujo produto cotidiano, fresco ou requentado, vou

vivendo como São Francisco é servido. **Levo para o meu novo covil uma mesa, uma cadeira, a máquina de escrever – e me instalo, à espera de meus costumeiros clientes.**

9 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) É coerente concluir, pelos elementos expostos pelo narrador, que

- A) sua ambição seria um bom cargo público de livre nomeação.
- B) ele tem urgência em adequar o espaço em que vai trabalhar.
- C) ele invoca, como inquilino, direitos assegurados por contrato.
- D) ele não crê que um santo possa ajuda-lo naquele momento de apuro.
- E) ele tem preocupação de honrar seus compromissos com seu locador.

Comentário

E) ele tem preocupação de honrar seus compromissos com seu locador.

CORRETA. Tendo em vista, principalmente, o segundo parágrafo, é coerente afirmar que ele tem preocupação de honrar seus compromissos com seu locador:

“Grave, porque **assumi compromisso**, com contrato registrado e sacramentado, de **cumprir fielmente o regulamento do prédio na minha nova condição de inquilino**. Não posso, por exemplo, colocar pregos que danifiquem as paredes. “

GABARITO E

10 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A passagem em que o narrador se expressa de modo irônico, afirmando algo diferente do que parece afirmar é:

- A) Além do mais, eu não poderia mesmo colocar o prego para dependurá-lo na parede. (3º parágrafo)
- B) Fica sendo então escritório, tão-somente. (4º parágrafo)
- C) Estranhos clientes estes, que entram pela janela, pelas paredes, pelo teto, trazidos pelas vozes de antigamente ... (5º parágrafo)
- D) ... ser inesperadamente convocado à vida pública, por exemplo, com uma honrosa nomeação, sacrifício a que seria difícil esquivar-me... (3º parágrafo)
- E) Mas escritório de quê? Advocacia? A tanto não ousaria, sendo certo que minha qualidade de bacharel nunca me animou sequer a ir buscar o diploma na Faculdade ... (4º parágrafo)

Comentário

D) ... ser inesperadamente convocado à vida pública, por exemplo, com uma honrosa nomeação, sacrifício a que seria difícil esquivar-me... (3º parágrafo)

CORRETA. O narrador parece afirmar algo diferente quando afirma “com uma honrosa nomeação”, eis que logo depois fala em “sacrifício”. O narrador parece, na verdade, não gostar da área pública.

GABARITO D

11 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que expressa corretamente o sentido da palavra em destaque na passagem ... Além do mais, eu não poderia mesmo colocar o prego...

- A) isoladamente.
- B) realmente.
- C) prontamente.
- D) subitamente.
- E) consequentemente.

Comentário

“mesmo” foi empregado no sentido de “realmente”, “de fato”.

GABARITO B

12 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) No primeiro parágrafo, a palavra “senhoria” é empregada pelo narrador

- A) como referência à Ordem religiosa proprietária do imóvel.
- B) como deferência à autoridade eclesiástica que lhe alugou o imóvel.
- C) como manifestação de apreço à entidade de caráter religioso.
- D) como tratamento formal para dirigir-se a seu locador.
- E) em sinal de respeito à hierarquia da Igreja.

Comentário

A) como referência à Ordem religiosa proprietária do imóvel.

CORRETA. Observe-se que o narrador alugou um “escritório” em um convento. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência é uma organização de caráter religioso, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, o narrador faz referência à ordem religiosa proprietária do imóvel, onde está localizado o seu escritório.

GABARITO A

13 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Observe o emprego de dois-pontos na passagem do 4º parágrafo. É correto afirmar que os dois-pontos sinalizam a introdução de informação que

- A) contesta informação expressa anteriormente.
- B) esclarece o conceito do autor sobre literatura.
- C) reforça opinião que será apresentada ao leitor.
- D) nega o conteúdo de informação anterior.
- E) complementa e esclarece afirmação precedente

Comentário

Vamos retomar o 4º parágrafo:

“Fica sendo então escritório, tão-somente. Nem mesmo de literatura: apenas um local onde possa acender diariamente o forno (no sentido figurado, apresso-me a tranquilizar o condomínio) desta padaria literária de cujo produto cotidiano, fresco ou requentado, vou vivendo como São Francisco é servido. Levo para o meu novo covil uma mesa, uma cadeira, a máquina de escrever – e me instalo, à espera de meus costumeiros clientes”

Perceba que o emprego dos dois pontos está complementando e esclarecendo a afirmação de que o escritório não é nem mesmo de literatura.

Quando usamos dois pontos:

1º) Nas explicações ou esclarecimentos

“O empreendedorismo corresponde a um conceito novo que inclui conceitos essenciais: a proatividade e a capacidade de criar algo inovador”.

2º) Nas sínteses ou resumos

“No Brasil, o problema da violência aumenta cada dia. Por isso, a maioria dos cidadãos do país têm medo de saírem de casa. Em resumo: A violência e o medo crescem no país.”

3º) Nos discursos diretos

“Após ouvir atentamente a pergunta da professora, José respondeu: — Não estou preparado para a prova.”

4º) Nas citações

“Já dizia o poeta português Fernando Pessoa: “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

5º) Nas enumerações

“Os planetas do sistema solar são: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno.”

6. Nos exemplos

“O substantivo é uma classe de palavra que nomeia os seres, por exemplo: casa, carro, móvel.”

7. Após vocativos

“Senhora Daiana: Podemos participar do evento na sexta-feira?”

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/dois-pontos/>

GABARITO E

14 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa em que a passagem do texto está reescrita, nos parênteses, de acordo com a norma-padrão de regência.

- A) sacrifício a que seria difícil esquivar-me (sacrifício em que seria difícil escusar-me)
- B) apresso-me a tranquilizar o condomínio (apresso-me a acalmar aos ânimos do condomínio)
- C) profissão a que o dito diploma presumivelmente me habilita (profissão de que o dito diploma me reconhece hábil)
- D) ser inesperadamente convocado à vida pública (ser inesperadamente chamado da vida pública)
- E) cumprir fielmente o regulamento (submeter-me fielmente ao regulamento)

Comentário

A) sacrifício a que seria difícil esquivar-me (sacrifício em que seria difícil escusar-me)

INCORRETA. O verbo escusar é transitivo direto. Quem escusa, escusa alguém.

Escusar é perdoar, tolerar.

Assim, o uso da preposição “em” está incorreta.

B) apresso-me a tranquilizar o condomínio (apresso-me a acalmar aos ânimos do condomínio)

INCORRETA. Quem acalma, acalma alguém/algo. É verbo transitivo direto, ou seja, não exige preposição em seu complemento.

Assim, o uso da preposição “a” está incorreta.

C) profissão a que o dito diploma presumivelmente me habilita (profissão ~~de~~ que o dito diploma me reconhece hábil)

INCORRETA. Quem reconhece hábil, reconhece hábil alguma coisa, algo. O verbo reconhecer é transitivo direto.

Assim, o uso da preposição “de” está incorreto.

D) ser inesperadamente convocado à vida pública (ser inesperadamente chamado da vida pública)

INCORRETA. Quem é inesperadamente chamado, é inesperadamente chamada para algo, para alguma coisa. Foi exigida a preposição “para”.

Assim, o uso da preposição “da” está incorreta.

E) cumprir fielmente o regulamento (submeter-me fielmente ao regulamento)

CORRETA. Quem se submete fielmente, se submete fielmente a algo, a alguma coisa.

Assim, o uso da preposição “a” está corretíssimo.

GABARITO E

15 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta emprego e colocação dos pronomes átonos de acordo com a norma-padrão.

- A) Quanto a pregos que danifiquem as paredes, nunca coloco-os.
- B) Busco um local com um fogão, para lhe acender e fazer meu pão.
- C) Prego? Coloquem-no na parede somente se for permitido.
- D) São clientes que entram pela janela, sem que eu possa impedir-lhes.
- E) São vozes que talvez façam-se ouvir no escritório.

Comentário

A) Quanto a pregos que danifiquem as paredes, nunca ~~coloco-os.~~

INCORRETA. “nunca” é advérbio que atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.

O correto seria: Quanto a pregos que danifiquem as paredes, nunca os coloco.

B) Busco um local com um fogão, para ~~lhe~~ acender e fazer meu pão.

INCORRETA. Só usamos “lhe” ou “lhes” para objetos indiretos, ou seja, em verbos que são transitivos indiretos. No caso, quem acende, acende alguma coisa. O verbo acender é transitivo

direito, cujo complemento é um objeto direto (sem preposição). Assim, não poderíamos usar o “lhe” nesse caso.

O correto seria: Busco um local com um fogão, para o acender e fazer meu pão.

C) Prego? Coloquem-no na parede somente se for permitido.

CORRETA. Como não podemos iniciar frase ou período com pronome átono, o uso do pronome após o verbo colocar está correto.

D) São clientes que entram pela janela, sem que eu possa impedir-lhes.

INCORRETA. Novamente o uso do “lhes” está incorreto. Quem impede, impede alguém, alguma coisa. O verbo impedir é transitivo direto, o que impede o uso do pronome átono “lhes”.

O correto seria: São clientes que entram pela janela, sem que eu possa impedir-los.

E) São vozes que talvez ~~façam-se~~ ouvir no escritório.

INCORRETA. “talvez” é advérbio que atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.

O correto seria: São vozes que talvez se façam ouvir no escritório.

GABARITO C

16 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 16 a 19.

Em 16 de setembro de 1620, o Mayflower zarpou da Inglaterra com destino ao Novo Mundo, transportando 102 peregrinos e inaugurando a colonização do país que viria a ser os Estados Unidos. Quatrocentos anos depois, no mesmo dia e no mesmo porto britânico de Plymouth, de onde a antiga embarcação se lançou ao Atlântico, um novo Mayflower, completamente diferente daquele, foi oficialmente batizado. Dessa vez, porém, a missão desbravadora é outra: nos próximos dias, a nau inaugurará uma nova era nas navegações, sem passageiros nem tripulação, viajando de forma completamente autônoma.

O Mayflower do século XXI é efetivamente guiado pela tecnologia, e não por pessoas — mais especificamente por um software que analisa informações vindas de radares, satélites e outros equipamentos que ajustam seu percurso e velocidade, evitando colisão com outras embarcações. O sistema tem como objetivo principal comprovar a viabilidade de navios sem assistência humana.

Ao refazer a jornada histórica, o reluzente Mayflower não só provará sua capacidade de navegação autônoma, como também coletará informações da vida marinha, monitorando constantemente a temperatura e os níveis de sal e oxigênio das águas, além de verificar a existência de microplásticos poluentes no mar. Outro dispositivo especial são os microfones, que captarão sons emitidos por baleias encontradas pelo caminho.

Apesar de toda a tecnologia e cuidados, o grau de aventura do projeto é inequívoco — sujeito, evidentemente, a contratemplos, chuvas e trovoadas. Poucos dias depois da primeira partida do porto de Plymouth, em 15 de junho, com 10% do percurso já concluído, um problema no gerador a diesel forçou o retorno da embarcação à Inglaterra para reparo e, até 29 de junho, o barco aguardava sinal verde para zarpar novamente.

Embora os percalços existam, a empolgação com o Mayflower e com outros barcos do tipo não arrefeceu. Com os últimos avanços, a tecnologia já tornou semiautônomos alguns processos de carga e descarga nos portos mais avançados. Até agora, depois de alguns anos de testes, existem dificuldades técnicas e legais a superar antes de pôr para rodar os aguardados carros autônomos. Imagine o tamanho do problema quando se trata de cargueiros e petroleiros de 10000 toneladas. Para chegar lá, as esperanças estão depositadas no sucesso de embarcações como o moderno Mayflower. Assim como a sua versão histórica, ele pode ficar marcado como o navio pioneiro de uma grande mudança.

(Sabrina Brito. Águas remotas. Veja, 07.07.2021. Adaptado)

É correto afirmar que o texto é de caráter informativo e

- A) parte de uma informação anacrônica para explicar ao leitor a importância que tem o relançamento de uma embarcação já extinta.
- B) ressalta a importância da primeira versão do Mayflower para a formação de um povo que mostra sua pujança ao reconstituir a embarcação.
- C) traz ao conhecimento do leitor fatos até então desconhecidos, expondo a evolução dos componentes do Mayflower original.
- D) resgata um evento histórico para contextualizar o dado novo, relatando ao leitor um fato contemporâneo que expõe a evolução tecnológica.
- E) destaca as características de uma embarcação de grande importância histórica, responsável pelo avanço da tecnologia nos Estados Unidos.

Comentário

D) resgata um evento histórico para contextualizar o dado novo, relatando ao leitor um fato contemporâneo que expõe a evolução tecnológica.

CORRETA. A resposta se encontra nos dois primeiros parágrafos. No primeiro parágrafo, o texto resgata um evento histórico, ocorrido em 16 de setembro de 1620, quando o Mayflower zarpou da Inglaterra, inaugurando a colonização dos Estados Unidos.

E, no segundo parágrafo, há um relato de um fato contemporâneo, ocorrido quatrocentos anos depois, em 2020, que expõe a evolução tecnológica, relacionada ao fato de que o Mayflower não é guiado por pessoas, mas por um software.

GABARITO D

17 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Apesar de expor a alta tecnologia envolvida no Mayflower do século XXI, o texto aponta a ocorrência de uma falha, oriunda de

- A) uma tempestade em alto mar.
- B) um empecilho ao zarpar.
- C) uma aventura malsucedida.
- D) interrupção do percurso.
- E) uma pane em um dispositivo.

Comentário

E) uma pane em um dispositivo.

CORRETA. A resposta está no 4º parágrafo:

Apesar de toda a tecnologia e cuidados, o grau de aventura do projeto é inequívoco — sujeito, evidentemente, a contratempos, chuvas e trovoadas. Poucos dias depois da primeira partida do porto de Plymouth, em 15 de junho, com 10% do percurso já concluído, **um problema no gerador a diesel forçou o retorno da embarcação à Inglaterra para reparo** e, até 29 de junho, o barco aguardava sinal verde para zarpar novamente.

GABARITO E

18 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Na passagem do último parágrafo – Para chegar lá, as esperanças estão depositadas no sucesso de embarcações como o moderno Mayflower. –, o advérbio destacado faz referência

- A) à melhoria das condições de viagem dos tripulantes do Mayflower.
- B) ao aperfeiçoamento de processos para operações autônomas de navegação.
- C) aos portos de carga e descarga ainda semiautônomos.
- D) aos testes necessários para legalizar o tráfego de carros sem motorista.
- E) às embarcações com mais de 10000 toneladas, como o Mayflower.

Comentário

B) ao aperfeiçoamento de processos para operações autônomas de navegação.

CORRETA. Vamos retomar o último parágrafo do texto:

Embora os percalços existam, a empolgação com o Mayflower e com outros barcos do tipo não arrefeceu. Com os últimos avanços, a tecnologia já tornou semiautônomos alguns processos de carga e descarga nos portos mais avançados. Até agora, depois de alguns anos de testes, **existem dificuldades técnicas e legais a superar** antes de pôr para rodar os aguardados carros autônomos. Imagine o tamanho do problema quando se trata de cargueiros e petroleiros de 10000 toneladas. Para chegar lá, as esperanças estão depositadas no sucesso de embarcações como o moderno Mayflower. Assim como a sua versão histórica, ele pode ficar marcado como o navio pioneiro de uma grande mudança.

Portanto, o advérbio “lá” faz referência ao aperfeiçoamento de processos para operações autônomas de navegação.

GABARITO B

19 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que substitui o trecho destacado na passagem – Embora os percalços existam, a empolgação com o Mayflower e com outros barcos do tipo não arrefeceu – preservando o sentido e observando a norma-padrão de concordância.

- A) Apesar de haver percalços
- B) Contanto que hajam percalços
- C) Apesar de haverem percalços
- D) Mesmo que houvessem percalços
- (E) Mesmo se haja percalços

Comentário

Concordância do verbo haver é tema queridinho da Vunesp.

O verbo haver empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, não varia, devendo permanecer sempre na terceira pessoa do singular. Assim, já eliminamos as alternativas “b”, “c” e “d”.

E a alternativa “e” está completamente equivocada. O correto seria mesmo “que” haja percalços.

Lembrando que embora, apesar de, mesmo que, quanto, são conjunções concessivas, ou seja, indicam uma oração em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la

GABARITO A

20 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal padrão.

- A) Existe nos Estados Unidos, em relação aos homens, 59% de mulheres que são diplomadas em pós-graduação.
- B) A constatação de que algumas mulheres têm formação escolar e contas bancárias altas assusta homens menos confiantes.
- C) Os 2700 alunos que participaram da pesquisa realizada pela universidade britânica vem de países ricos.
- D) O autor ressalta que não haverão homens graduados suficientes para casar com mulheres de mesmo nível.
- E) Publicou-se na revista “Times” os resultados relativos à pesquisa que se propôs a elencar os quesitos mais importantes para homens e mulheres.

Comentário

A) Existe nos Estados Unidos, em relação aos homens, 59% de mulheres que são diplomadas em pós-graduação.

INCORRETA. O que existe nos Estados Unidos? 59% de mulheres. Então, o verbo existir deveria estar no plural.

B) A constatação de que algumas mulheres têm formação escolar e contas bancárias altas assusta homens menos confiantes.

CORRETA. O verbo “assustar” está corretamente empregado no singular para concordar com “a constatação”. O verbo “ter” está corretamente no plural para concordar com “mulheres”.

C) Os 2700 alunos que participaram da pesquisa realizada pela universidade britânica vem de países ricos.

INCORRETA. O verbo vir deveria estar no plural para concordar com “os 2700 alunos”.

D) O autor ressalta que não haverão homens graduados suficientes para casar com mulheres de mesmo nível.

INCORRETA. O verbo “haver” empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve permanecer sempre na 3^a pessoa do singular.

E) Publicou-se na revista “Times” os resultados relativos à pesquisa que se propôs a elencar os quesitos mais importantes para homens e mulheres.

INCORRETA. O que foi publicado na revista “times”? os resultados. Então, o verbo publicar deveria estar no plural.

GABARITO B

21 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Assinale a alternativa que preenche as lacunas do texto a seguir, observando a norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase.

Conquistas da tecnologia estendem-se ___ toda a humanidade, que se beneficia delas sem se dar conta do quanto foi investido ___ fim de disponibilizá-la ___ população.

- A) a ... à ... à
- B) a ... a ... à
- C) à ... a ... à
- D) à ... a ... a
- E) à ... à ... à

Comentário

(B) a ... a ... à

CORRETA.

1º Lacuna – sem crase. Antes de pronomes indefinidos, como todos, alguns, poucos, muitos, toda, muita, pouca etc, não se usa crase.

2º Lacuna – sem crase. A expressão “a fim de” é uma locução prepositiva, usada para indicar finalidade. Tal expressão é invariável.

3º Lacuna – com crase. Quem disponibiliza, disponibiliza alguma coisa (conquistas da tecnologia) a alguém (à população).

Foi exigida a preposição “a” quanto ao objeto indireto + artigo “a” da palavra feminina “população” = crase.

GABARITO B

22 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp. Adaptada) Considere as seguintes frases:

- O editorial foi publicado pelo “Wall Street Journal”, e quando li esse editorial, comecei a rir.
- Gerard Baker escreveu sobre um tema provocativo, e o mérito dessa escolha pertence a Gerard Baker.
- Quem desconfia das informações dadas pelo autor pode recorrer a estudos que esclarecem essas informações.

De acordo com o emprego e a colocação dos pronomes estabelecidos pela norma-padrão, os trechos destacados podem ser substituídos por:

- A) li-o; o pertence; esclarecem-nas.
 B) li-o; pertence-lhe; as esclarecem.
 C) o li; o pertence; lhes esclarecem.
 D) o li; pertence-lhe; esclarecem-nas.
 E) o li; pertence-lhe; as esclarecem.

Comentário

E) o li; pertence-lhe; as esclarecem.

CORRETA.

1º) O editorial foi publicado pelo “Wall Street Journal”, e quando li esse editorial, comecei a rir.

- **Perceba a presença do advérbio “quando”, o qual atrai o uso do pronome para antes do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.**
- **O correto seria “o li”.**

2º) Gerard Baker escreveu sobre um tema provocativo, e o mérito dessa escolha pertence a Gerard Baker.

- O verbo pertencer exigiu a preposição “a”, ou seja, trata-se de objeto indireto, de forma que deve ser usado o pronome átono “lhe” ou “lhes”
- O correto seria “pertence-lhe” (pertence a ele).

3º) Quem desconfia das informações dadas pelo autor pode recorrer a estudos que esclarecem essas informações.

- Perceba a presença do pronome relativo “que”, o que atrai o uso do pronome para ante do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.
- O correto seria “as esclarecem”.

GABARITO E

23 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- A) Se prever conflitos entre as torcidas, o organizador do torneio poderá suspendê-lo por prazo indeterminado.
- B) O docente que repor as aulas suspensas em razão do racionamento de água receberá o pagamento no mês seguinte ao da reposição.
- C) Quando os fornecedores virem trazer os equipamentos de informática, serão orientados a entrar pela porta principal.
- D) Para resolver a crise, os administradores proporão medidas de contenção de gastos e a suspensão de contratações.
- E) Haveria menos atritos entre os participantes da gincana, se o orientador interviesse com energia para coibir excessos.

Comentário

A) Se prever conflitos entre as torcidas, o organizador do torneio poderá suspendê-lo por prazo indeterminado.

INCORRETA. Os verbos derivados de ver, como antever, rever, prever e circunver, devem seguir a mesma regra de conjugação do verbo ver.

Se ele vir, se ele previr, se ele antevir.

O correto seria: Se previr conflitos entre as torcidas, o organizador do torneio poderá suspendê-lo por prazo indeterminado.

B) O docente que repor as aulas suspensas em razão do racionamento de água receberá o pagamento no mês seguinte ao da reposição.

INCORRETA. Os verbos derivados do verbo pôr, como repor, compor, supor, propor, devem seguir as mesmas regras de conjugação dele.

O docente que puser, o docente que repuser, o decente que propuser.

O correto seria: O docente que repuser as aulas suspensas em razão do racionamento de água receberá o pagamento no mês seguinte ao da reposição

C) Quando os fornecedores virem trazer os equipamentos de informática, serão orientados a entrar pela porta principal.

INCORRETA. Cuidado! “Virem” é uma conjugação do verbo “ver” (olhar)!!! No caso, os fornecedores estão vindo, do verbo “vir”.

O correto seria: Quando os fornecedores vierem trazer os equipamentos de informática, serão orientados a entrar pela porta principal.

D) Para resolver a crise, os administradores properam medidas de contenção de gastos e a suspensão de contratações.

INCORRETA. O verbo “propor” é derivado do verbo “pôr”, de forma que deve seguir a mesma conjugação.

Os administradores puseram, os administradores propuseram.

O correto seria: Para resolver a crise, os administradores propuseram medidas de contenção de gastos e a suspensão de contratações.

E) Haveria menos atritos entre os participantes da gincana, se o orientador interviesse com energia para coibir excessos.

CORRETA. O verbo haver empregado no sentido de existir é impessoal, devendo permanecer mesmo na terceira pessoa do singular.

E o verbo intervir é derivado do verbo vir, de forma que deve seguir a mesma conjugação.

Se o orientador viesse, Se o orientador interviesse.

GABARITO E

24 - (7º Simulado Geral. 2013. Vunesp) Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa correta.

- A) Ao ver a quantidade excessiva de prateleiras, o amigo comentou de que o livro estava acabando.
- B) Enquanto seu amigo continua encomendando livros de papel, o autor aderiu o livro digital.
- C) Álvaro convenceu-se de que o melhor a fazer seria sair para jantar.
- D) As estantes que o autor aludiu foram projetadas para armazenar livros e CDs.
- E) O único detalhe do apartamento que o amigo se ateve foi o número de estantes.

Comentário

A) Ao ver a quantidade excessiva de prateleiras, o amigo comentou de que o livro estava acabando.

INCORRETA. Quem comenta, comenta algo, alguma coisa. O verbo “comentar” é transitivo direto, ou seja, não exige preposição em seu complemento.

Assim, o uso da preposição “de” está incorreto.

B) Enquanto seu amigo continua encomendando livros de papel, o autor aderiu o livro digital.

INCORRETA. Quem adere, adere a algo, a alguma coisa. O verbo “aderir” é transitivo indireto, já que exige a preposição “a”.

O correto seria “aderiu ao livro digital”.

Faltou incluir a preposição “a”.

C) Álvaro convenceu-se de que o melhor a fazer seria sair para jantar.

CORRETA. Quem se convence, se convence de algo, de alguma coisa.

Foi corretamente utilizada a preposição “de”.

D) As estantes que o autor aludiu foram projetadas para armazenar livros e CDs.

INCORRETA. Quem faz alusão, faz alusão a algo, a alguma coisa. O verbo “aludir” é transitivo indireto, regido pela preposição “a”.

O correto seria: “as estantes a que o autor aludiu...”.

Faltou incluir a preposição “a”.

E) O único detalhe do apartamento que o amigo se ateve foi o número de estantes.

INCORRETA. Quem se atém, se atém a algo, a alguma coisa. Faltou incluir a preposição “a”.

O correto seria: O único detalhe do apartamento a que o amigo se ateve...

GABARITO C**DIREITO PENAL**

25 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Acerca dos crimes previstos nos artigos 293 a 305 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP) é próprio de funcionário público.
- b) A falsificação de testamento particular caracteriza o crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP).
- c) Caso o crime de falsificação de documento público (art. 297 do CP) seja praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.
- d) O agente que apenas possui objeto especialmente destinado à falsificação de papel público não comete o crime de petrechos de falsificação (art. 294 do CP).
- e) O crime de certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301 do CP) é comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

Comentário

a) O crime de falsidade ideológica é próprio de funcionário público.

INCORRETA. Pois o crime de falsidade ideológica é **COMUM**, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa, seja particular ou funcionário público.

b) A falsificação de testamento particular caracteriza o crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP).

INCORRETA. O testamento particular, para os efeitos penais, equipara-se a documento público, de forma que a sua falsificação configura o crime de falsificação de documento público (art. 297 do CP):

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

(...)

§ 2º - Para os efeitos penais, **equiparam-se a documento público** o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e **o testamento particular**.

c) Caso o crime de falsificação de documento público (art. 297 do CP) seja praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

CORRETA. É o que estabelece o § 1º do art. 297:

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

d) O agente que apenas possui objeto especialmente destinado à falsificação de papel público não comete o crime de petrechos de falsificação (art. 294 do CP).

INCORRETA. Pois o simples fato de possuir tal objeto já caracteriza o crime de petrechos de falsificação. Lembrando que se for praticado por funcionário público prevalecendo-se do cargo, a pena também aumenta de sexta parte:

Petrechos de falsificação

Art. 294 - Fabricar, adquirir, fornecer, **possuir** ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 295 - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

e) O crime de certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301 do CP) é comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

INCORRETA. Pois o crime previsto no art. 301 é classificado como PRÓPRIO, podendo ser praticado apenas por quem exerce função pública:

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, **em razão de função pública**, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

GABARITO C

26 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito do crime de fraudes em certames de interesse público (art. 311-A), é correto afirmar que:

- a) Caso seja cometido por funcionário público, aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto).
- b) Prevê a figura qualificada, se dele resulta dano à administração pública.
- c) É próprio de funcionário público.
- d) configura-se pela divulgação de conteúdo de certame, ainda que não sigiloso.
- e) É caracterizado pela conduta de destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

Comentário

a) Caso seja cometido por funcionário público, aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto).

INCORRETA. É 1/3!!!

Fraudes em certames de interesse público

(...)

§ 3º Aumenta-se a pena de **1/3 (um terço)** se o fato é cometido por funcionário público.

b) prevê a figura qualificada, se dele resulta dano à administração pública.

CORRETA.

Fraudes em certames de interesse público

(...)

§ 2º Se da ação ou omissão **resulta dano à administração pública**:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

c) É próprio de funcionário público.

INCORRETA. O crime de fraudes em certames de interesse público é comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoal. O que ocorre é que se for praticado por funcionário público, a pena aumenta de um terço.

d) configura-se pela divulgação de conteúdo de certame, ainda que não sigiloso.

INCORRETA. Pois o conteúdo tem que ser sigiloso:

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, **conteúdo sigiloso** de:

- I - concurso público;
 - II - avaliação ou exame públicos;
 - III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou
 - IV - exame ou processo seletivo previstos em lei:
- Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput.

e) É caracterizado pela conduta de destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

INCORRETA. A conduta narrada caracteriza o crime de Supressão de documento:

Supressão de documento

Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

A conduta que caracteriza o crime de fraudes em certames de interesse público é a de Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

(...)

GABARITO B

27- (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante aos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Aquiles, escrevente técnico do judiciário, ao exigir, em razão de sua função, que determinado advogado lhe dê dez mil reais para dar andamento ao processo, em tese, incorre no crime de concussão.
- b) Perseu, funcionário público, ao solicitar, em razão de sua função, vantagem indevida, em tese, incorre no crime de prevaricação.
- c) Zeus, funcionário público, ao deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, em tese, incorre no crime de abandono de função.
- d) Afrodite, funcionária pública, ao deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, em tese, incorre no crime de corrupção passiva.
- e) Poseidon, funcionário público, ao exigir tributo que sabe ser indevido, em tese, incorre no crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

Comentário

a) Aquiles, escrevente técnico do judiciário, ao exigir, em razão de sua função, que determinado advogado lhe dê dez mil reais para dar andamento ao processo, em tese, incorre no crime de concussão.

CORRETA. Falou em concussão, falou em exigir!

Concussão

Art. 316 - **Exigir**, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

b) Perseu, funcionário público, ao solicitar, em razão de sua função, vantagem indevida, em tese, incorre no crime de prevaricação.

INCORRETA. Solicitar vantagem indevida em razão da função, configura o crime de Corrupção Passiva:

Corrupção passiva

Art. 317 - **Solicitar** ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, **mas em razão dela, vantagem indevida**, ou aceitar promessa de tal vantagem:

c) Zeus, funcionário público, ao deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, em tese, incorre no crime de abandono de função.

INCORRETA. A conduta narrada configura o crime de Condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal:

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

d) Afrodite, funcionária pública, ao deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, incorre no crime de corrupção passiva.

INCORRETA. Falou em interesse ou sentimento pessoal, falou em prevaricação!

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

e) Poseidon, funcionário público, ao exigir tributo que sabe ser indevido, em tese, incorre no crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

INCORRETA. A conduta narrada configura o crime de Excesso de Exação:

Excesso de exação

§ 1º - **Se o funcionário exige tributo** ou contribuição social **que sabe ou deveria saber indevido**, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

GABARITO A

28- (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quando os autores dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração pública forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público, a pena será aumentada da:

- a) metade.
- b) terça parte.
- c) sexta parte.
- d) quarta parte.
- e) quinta parte.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do § 2º do art. 327:

§ 2º - **A pena será aumentada da terça parte** quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

GABARITO B

29 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A conduta de “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio” configura o crime de:

- a) desacato.
- b) desobediência.
- c) resistência.
- d) tráfico de influência
- e) corrupção ativa

Comentário

A conduta narrada configura o crime de Resistência. Falou em violência ou ameaça, falou em resistência!

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

GABARITO C

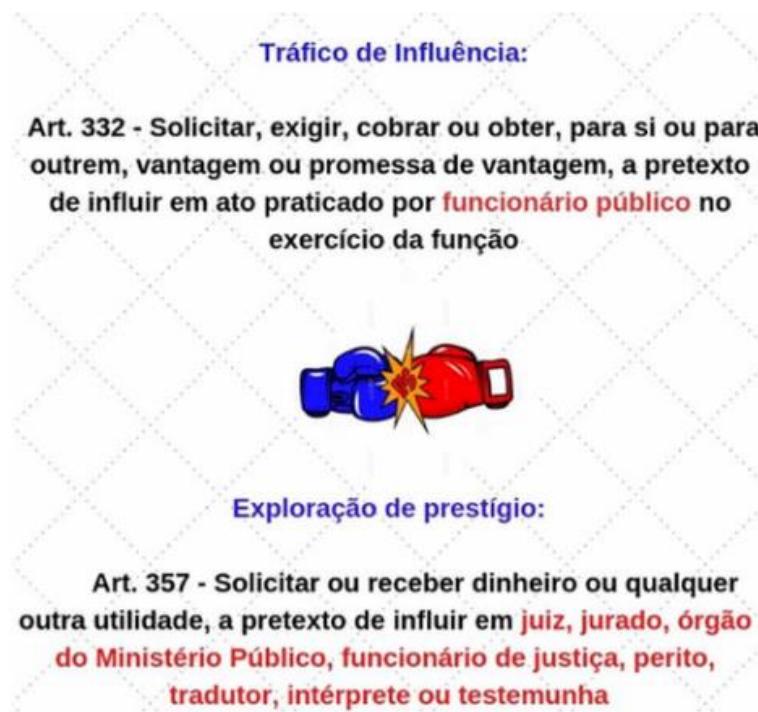
30 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito dos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que:

- a) A conduta de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, configura o crime de exploração de prestígio.
- b) No crime de denuncia caluniosa, a pena é aumentada da sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.
- c) No crime de fraude processual, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- d) O crime de exercício arbitrário das próprias razões procede-se mediante queixa, ainda que haja emprego de violência.
- e) No crime de falso testemunho ou falsa perícia, as penas aumentam-se da metade, se o crime é praticado mediante suborno.

Comentário

a) A conduta de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, configura o crime de exploração de prestígio.

INCORRETA. Tal conduta caracteriza o crime de Tráfico de Influência!



b) No crime de denunciaçāo caluniosa, a pena é aumentada da sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

CORRETA.

Denunciaçāo caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímparo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - **A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.**

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

c) No crime de fraude processual, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

INCORRETA. Isso ocorre no crime de Falso testemunho ou falsa perícia:

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

(...)

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

d) O crime de exercício arbitrário das próprias razões procede-se mediante queixa, ainda que haja emprego de violência.

INCORRETA. Se procede mediante queixa caso não haja o emprego de violência:

Exercício arbitrário das próprias razões

Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - **Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.**

e) No crime de falso testemunho ou falsa perícia, as penas aumentam-se da metade, se o crime é praticado mediante suborno.

INCORRETA. Aumenta-se de 1/6 a 1/3:

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º **As penas aumentam-se de um sexto a um terço**, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

GABARITO B

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito das causas de impedimento e suspeição do juiz, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- b) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- c) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- d) Nos juízos coletivos, poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.
- e) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

Comentário:

a) ~~O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.~~

INCORRETA. Hipótese de suspeição.

Art. 254, CPP. **O juiz dar-se-á por suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

b) ~~O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que ele for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.~~

INCORRETA. Hipótese de suspeição.

Art. 254, CPP. **O juiz dar-se-á por suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

c) ~~O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.~~

INCORRETA. Hipótese de impedimento.

Art. 252, CPP. **O juiz não poderá exercer jurisdição no processo** em que:

III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

d) Nos juízos coletivos, poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

INCORRETA.

Art. 253, CPP. Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

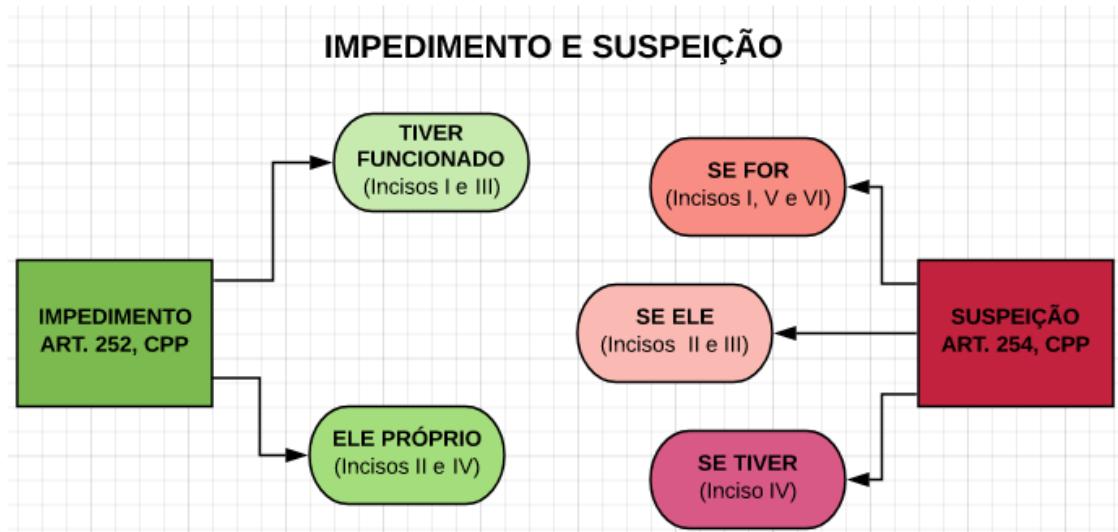
e) O juiz será suspeito, podendo ser recusado por qualquer das partes, se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

CORRETA. Hipótese de suspeição.

Art. 254, CPP. **O juiz dar-se-á por suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

Abaixo um esquema facilitador quanto as causas de impedimento e suspeição:



GABARITO E

32 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos do Código de Processo Penal, no tocante ao rito do procedimento comum ordinário, constata-se, imediatamente após o oferecimento da resposta escrita à acusação, que existe em favor do acusado manifesta causa de excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade (Art. 397). Neste caso, o juiz

- a) deverá absolver sumariamente o acusado.
- b) deverá rejeitar a denúncia.
- c) deverá decretar extinta a punibilidade do acusado.
- d) deverá designar a data de audiência preliminar.
- e) deverá designar a data de audiência de instrução e julgamento.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do art. 397 do CPP:

Art. 397, CPP. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz **deverá absolver sumariamente o acusado** quando verificar:

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;

II - **a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;**

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou

IV - extinta a punibilidade do agente;

GABARITO A

33 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da citação do acusado, estando no estrangeiro, em lugar sabido, será citado

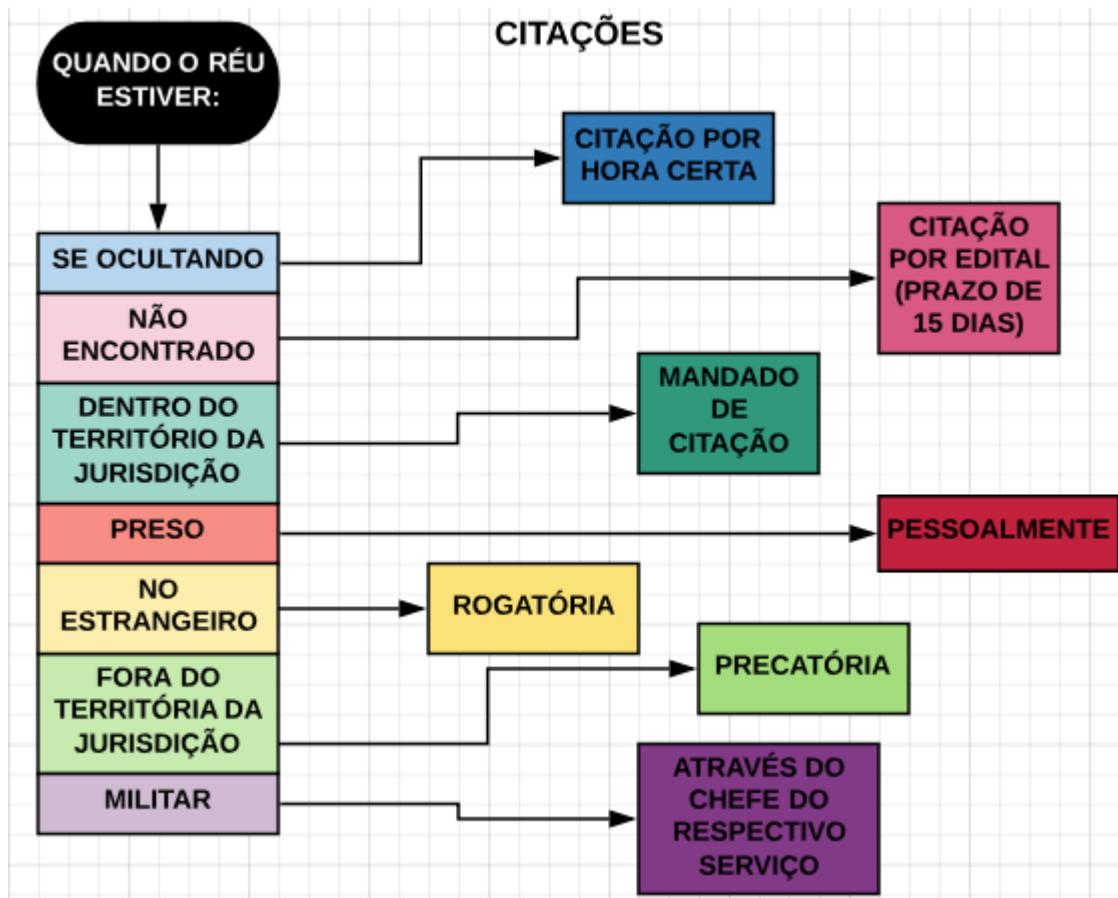
- a) mediante carta precatória.
- b) por edital.
- c) pessoalmente.
- d) mediante carta rogatória.
- e) por hora certa.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do Art. 368 do CPP:

Art. 368, CPP. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado **mediante carta rogatória**, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Veja o esquema facilitador:



VALE DESTACAR QUE SE O ACUSADO **ESTIVER NO ESTRANGEIRO, MAS NÃO SE SABE O LUGAR ONDE ESTÁ (LUGAR INCERTO)**, ELE SERÁ **CITADO POR EDITAL**.

AGORA, SE **ESTIVER NO ESTRANGEIRO EM LUGAR SABIDO**, SERÁ **CITADO POR CARTA ROGATÓRIA**.

GABARITO D

34 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz do CPP, no procedimento comum sumário, a defesa poderá arrolar até

- a) 8 (oito) testemunhas.
- b) 3 (três) testemunhas.
- c) 5 (cinco) testemunhas.
- d) 7 (sete) testemunhas.
- e) 2 (duas) testemunhas.

Comentário:

DO PROCESSO SUMÁRIO

Questão exigiu o conhecimento do art. 532 do CPP:

Art. 532, CPP. Na instrução, poderão ser inquiridas **até 5 (cinco) testemunhas** arroladas pela acusação e **5 (cinco)** pela defesa.

5UMÁRIO: **5 testemunhas**.

8RDINÁRIO: **8 testemunhas**.

GABARITO C

35 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos do CPP, quanto aos recursos, analise os itens abaixo e responda:

- I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- II. Dentro de dez dias, contados da interposição do recurso, no sentido estrito, o recorrente oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.
- III. O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I. O Ministério P^úblico n^{ão} poderá desistir de recurso que haja interposto.

CORRETA.

Art. 576, CPP. O Ministério P^úblico n^{ão} poderá desistir de recurso que haja interposto.

II. Dentro de dez dias, contados da interposição do recurso, no sentido estrito, o recorrente oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

INCORRETA.

Art. 588, *caput*, CPP. Dentro de dois dias, contados da interposição do recurso, ou do dia em que o escrivão, extraído o traslado, o fizer com vista ao recorrente, este oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

III. O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.

CORRETA.

Art. 578, *caput*, CPP. O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.

GABARITO B

36 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o CPP, dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. A coação considerar-se-á ilegal:

- a) quando quem ordenar a coação tiver competência para fazê-lo.
- b) quando houver justa causa.
- c) quando o processo for anulável.
- d) enquanto não cessado o motivo que autorizou a coação.
- e) quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

Comentário:

a) quando quem ordenar a coação tiver competência para fazê-lo.

INCORRETA.

Art. 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

III - quando quem ordenar a coação **não** tiver competência para fazê-lo;

b) quando houver justa causa.

INCORRETA.

Art. 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

I - quando **não** houver justa causa;

c) quando o processo for anulável.

INCORRETA.

Art. 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

VI - quando o processo for manifestamente **nulo**;

d) enquanto não cessado o motivo que autorizou a coação.

INCORRETA.

Art. 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

IV - quando houver **cessado** o motivo que autorizou a coação;

e) quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

CORRETA.

Art. 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;

GABARITO E

37 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito da Lei nº 9.099/95 (arts. 60 a 83; 88 e 89), assinale a alternativa correta.

a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de maior potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

d) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz realizará a citação por edital.

e) Cabe apelação quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

Comentário:

a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de maior potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

INCORRETA.

Art. 60, *caput*, da Lei 9.099/95. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de **menor** potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

INCORRETA.

Art. 61, da Lei 9.099/95. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a **2 (dois) anos**, cumulada ou não com multa.

c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

CORRETA.

Art. 63, da Lei 9.099/95. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

d) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz realizará a citação por edital.

INCORRETA. Pois, não haverá citação por edital no JECRIM.

Art. 66, Parágrafo único, da Lei 9.099/95. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

e) Cabe apelação quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

INCORRETA.

Art. 83, *caput*, da Lei 9.099/95. Cabem **embargos de declaração** quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à forma dos atos processuais, assinale a alternativa correta, nos termos do Código de Processo Civil.

- a) À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é obrigatório rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.
- b) É vedado o uso da taquigrafia e da estenotipia em qualquer juízo ou tribunal.
- c) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.
- d) É obrigatória a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência, ainda que as datas tiverem sido designadas no calendário.
- e) Decisão interlocutória é o pronunciamento do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

Comentário

a) À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é obrigatório rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.

INCORRETA. É obrigatório para o escrivão ou ao chefe de secretaria. Por outro lado, à parte, ao procurador, ao membro do MP, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é FACULTATIVO:

Art. 207. O escrivão ou o chefe de secretaria numerará e rubricará todas as folhas dos autos.

Parágrafo único. À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é facultado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.

b) É vedado o uso da taquigrafia e da estenotipia em qualquer juízo ou tribunal.

INCORRETA. Pois é permitido sim!!!

Art. 210. É lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia ou de outro método idôneo em qualquer juízo ou tribunal.

c) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

CORRETA. É o que dispõe o § 4º do art. 203 do CPC/15:

Art. 203

(...)

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

d) É obrigatória a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência, ainda que as datas tiverem sido designadas no calendário.

INCORRETA. Quando a data tiver sido designada no calendário, é dispensada a intimação:

Art. 191

(...)

§ 2º **Dispensa-se a intimação** das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no **calendário**.

e) Decisão interlocutória é o pronunciamento do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

INCORRETA. Esse conceito é de sentença!!!

Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

§ 1º Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, **sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.**

§ 2º Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no § 1º.

GABARITO C

39 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Nesse cenário, dispõe o Código de Processo Civil que a citação será efetivada, a partir da propositura da ação, em até:

- a) 2 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 45 dias

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do novo parágrafo único do art. 238, incluído em 2021:

Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

Parágrafo único. A citação será efetivada **em até 45 (quarenta e cinco) dias** a partir da propositura da ação. **(Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)**

GABARITO E

40 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere à contestação, assinale a alternativa correta.

- a) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência relativa, hipótese em que também é permitido ao juiz reconhecê-la de ofício.
- b) Após a apresentação da contestação, é vedado ao réu, em qualquer hipótese, deduzir novas alegações.
- c) Há coisa julgada quanto se repete ação que está em curso.
- d) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- e) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias.

Comentário

a) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência relativa, hipótese em que também é permitido ao juiz reconhecer a de ofício.

INCORRETA. Há duas hipóteses em que é vedada a atuação de ofício de juiz, sendo uma delas justamente a incompetência relativa:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

I - inexistência ou nulidade da citação;

II - **incompetência** absoluta e **relativa**;

III - incorreção do valor da causa;

IV - inépcia da petição inicial;

V - perempção;

VI - litispendência;

VII - coisa julgada;

VIII - conexão;

IX - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;

X - **convenção de arbitragem**;

XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual;

XII - falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar;

XIII - indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

(,,)

§ 5º **Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa**, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.

b) Após a apresentação da contestação, é vedado ao réu, em qualquer hipótese, deduzir novas alegações.

INCORRETA. Há 3 hipóteses em que se permite fazer novas alegações depois da contestação:

Art. 342. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando:

I - relativas a direito ou a fato superveniente;

II - competir ao juiz conhecer delas de ofício;

III - por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

c) Há coisa julgada quanto se repete ação que está em curso.

INCORRETA. Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado. Se há coisa julgada, é porque já foi julgada definitivamente (trânsito em julgado).

Quando se repete uma ação que está em curso, ou seja, ainda não foi julgada, ocorre o que chamamos de litispendência.

Art. 337

(...)

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

d) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

CORRETA. É o que estabelece o art. 338 do CPC/15:

Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu

Lembrando que o autor, no caso de realizar a substituição do polo passivo, deverá reembolsar as despesas e pagará os honorários do procurador do réu excluído:

Art. 338. Parágrafo único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.

e) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias.

INCORRETA. O prazo para oferecer contestação é de 15 dias!!!

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de **15 (quinze) dias**, cujo termo inicial será a data:

DICA: Todos os prazos a respeito da contestação são de 15 dias!!!

GABARITO D

41 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante à audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa correta.

- a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se já tiver empregado, anteriormente, outros métodos de solução consensual de conflitos como a mediação e a arbitragem.
- b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, obrigatoriamente, o perito e os assistentes técnicos; o autor e, em seguida, o réu e, por último, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- c) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio por qualquer das partes, desde que haja autorização judicial.
- d) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.
- e) Em qualquer hipótese, a audiência deverá ser pública.

Comentário

a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se já tiver empregado, anteriormente, outros métodos de solução consensual de conflitos como a mediação e a arbitragem.

INCORRETA. Independentemente de já houver sido empregado outros métodos de solução consensual, instalada a audiência de instrução e julgamento, o juiz tentará conciliar as partes novamente:

Art. 359. Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, **independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos**, como a mediação e a arbitragem.

b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, obrigatoriamente, o perito e os assistentes técnicos; o autor e, em seguida, o réu e, por último, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

INCORRETA. Pois tal ordem é preferencial, ou seja, não é obrigatória:

Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, **preferencialmente**:

I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não respondidos anteriormente por escrito;

II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

III - as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.

c) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio por qualquer das partes, desde que haja autorização judicial.

INCORRETA. Não precisa de autorização judicial:

Art. 367

(...)

§ 5º A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica.

§ 6º A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

d) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

CORRETA. Temos 3 hipóteses previstas no art. 362 em que a audiência poderá ser adiada, dentre elas o atraso injustificado em tempo superior a 30 minutos do horário marcado para o seu início:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

I - por convenção das partes;

II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar;

III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

e) Em qualquer hipótese, a audiência deverá ser pública.

INCORRETA. Pois há exceções legais:

Art. 368. A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.

GABARITO D

42 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz proferirá sentença com julgamento do mérito quando:

- a) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- b) o processo ficar parado por mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- c) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência da decadência ou prescrição.
- d) homologar a desistência da ação.
- e) indeferir a petição inicial.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 487 do CPC:

Art. 487. **Haverá resolução de mérito** quando o juiz:

I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - **decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;**

III - homologar:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Portanto, a correta é a letra “c”.

O restante das alternativas tratam de sentença sem julgamento do mérito:

Art. 485. O juiz **não resolverá o mérito** quando:

I - **indeferir a petição inicial;**

II - **o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;**

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - **verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;**

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - **homologar a desistência da ação;**

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.

GABARITO C

43 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o que prevê a Lei que regulamenta o Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009), é correto afirmar que:

- a) Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.
- b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a interposição de recursos.
- c) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- d) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 20 (vinte) salários mínimos.
- e) É vedado ao juiz, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, ainda que para evitar dano de difícil ou incerta reparação.

Comentário

a) Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

CORRETA. De fato, não haverá reexame necessário, nos termos do art. 11:

Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a interposição de recursos.

INCORRETA. Pelo contrário: NÃO HAVERÁ prazo diferenciado:

Art. 7º **Não haverá prazo diferenciado** para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

INCORRETA. Pois é absoluta!!!

Art. 2º

(...)

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é **absoluta**.

d) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 20 (vinte) salários mínimos.

INCORRETA. É até 60 salários-mínimos!!!

Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, **até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.**

e) **É vedado ao juiz, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, ainda que para evitar dano de difícil ou incerta reparação.**

INCORRETA. Pois o juiz pode sim!!!

Art. 3º O juiz **poderá**, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

GABARITO A

44- (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Diante do que prevê a Lei que regulamenta os Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95), assinale a alternativa correta.

- a) Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas incapazes, desde que devidamente assistidas.
- b) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.
- c) Nas causas de até 20 salários mínimos, a assistência por advogado é obrigatória. Nas de valor superior, é facultativa.
- d) É de competência do Juizado Especial o julgamento das causas relativas a acidentes de trabalho.
- e) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, tampouco o litisconsórcio.

Comentário

a) **Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas incapazes, desde que devidamente assistidas.**

INCORRETA. O incapaz não pode ser parte!!!

Art. 8º **Não poderão ser partes**, no processo instituído por esta Lei, **o incapaz**, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

b) **O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.**

CORRETA. É o que dispõe o § 2º do art. 8º:

Art. 8º

(...)

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

c) Nas causas de até 20 salários mínimos, a assistência por advogado é obrigatória. Nas de valor superior, é facultativa.

INCORRETA. É o contrário:

Até 20 salários mínimos: as partes podem ser assistidas por advogado (é facultativo).

Valor superior: a assistência é obrigatória.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

d) É de competência do Juizado Especial o julgamento das causas relativas a acidentes de trabalho.

INCORRETA. Essa competência foi excluída pelo § 2º do art.3º:

Art. 3º

(...)

§ 2º **Ficam excluídas da competência** do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as **relativas a acidentes de trabalho**, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

e) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, tampouco o litisconsórcio.

INCORRETA. A parte final está errada, pois se admitirá o litisconsórcio!!!

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. **Admitir-se-á o litisconsórcio.**

GABARITO B

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 45 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que
- não é possível a concessão de habeas corpus quando alguém se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, devendo a violência ou coação estarem concretizadas.
 - qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo.
 - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
 - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, entretanto, não será identificado os responsáveis pelo interrogatório policial.
 - são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Comentário:

- a) não é possível a concessão de habeas corpus quando alguém se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, devendo a violência ou coação estarem concretizadas.**

INCORRETA.

- a) Art. 5º, XVIII, CF - **conceder-se-á** habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

- b) qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo.**

INCORRETA.

Art. 5º, LXX, CF - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- partido político com representação no Congresso Nacional;**
- organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;**

- c) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.**

CORRETA.

Art. 5º, LXVI, CF - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

d) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, entretanto, não será identificado os responsáveis pelo interrogatório policial.

INCORRETA.

Atr. 5º, LXIV, CF - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão **ou por seu interrogatório policial;**

e) são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

INCORRETA.

Art. 5º, LVI, CF - são **inadmissíveis**, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

GABARITO C

46 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os tratados e convenções internacionais

a) serão equivalentes aos decretos legislativos se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

b) serão equivalentes às leis complementares se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

c) serão equivalentes às leis ordinárias se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

d) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, pela maioria absoluta dos seus membros.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Comentário:

e) CORRETA.

Art. 5º, § 3º, CF. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Veja o esquema facilitador:



GABARITO E

47 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) É direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.
- d) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Comentário:

a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

INCORRETA.

Art. 7º, II, CF - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

b) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

INCORRETA.

Art. 7º, IX, CF - remuneração do trabalho noturno **superior à do diurno**;

c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e cinquenta dias.

INCORRETA.

Art. 7º, XVIII, CF - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

d) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

CORRETA.

Art. 7º, XXVIII, CF - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no **máximo de trinta dias, nos termos da lei.**

INCORRETA.

Art. 7º, XXI, CF - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no **mínimo** de trinta dias, nos termos da lei;

GABARITO D

48 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Constituição Federal, é cargo privativo de brasileiro nato, exceto o de:

- a) Presidente do Senado Federal.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Governador do Estado.
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

Comentário:

O cargo que não é privativo de brasileiro nato, dentre as alternativas, é a de Governador do Estado.

Art. 12, § 3º, CF. São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados; (**e**)
- III - de Presidente do Senado Federal; (**a**)
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; (**d**)
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas; (**b**)
- VII - de Ministro de Estado da Defesa;

Veja o esquema facilitador:



GABARITO C

49 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Considerando o disposto na Carta Magna Brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor público titular de cargo efetivo não poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, será mantida a remuneração.
- b) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente nos casos de dolo.
- d) A administração do Poder Judiciário e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos dos outros Poderes, na forma da lei.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, incluídas na remuneração as vantagens e direitos a qualquer título, consideradas as similitudes de atribuições de funções, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

Comentário:

a) O servidor público titular de cargo efetivo não poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, será mantida a remuneração.

INCORRETA.

Art. 37, § 13, CF. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

b) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

CORRETA.

Art. 37, § 14, CF. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente nos casos de dolo.

INCORRETA.

Art. 37, § 6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) A ~~administração do Poder Judiciário e seus servidores~~ terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos ~~dos outros Poderes~~, na forma da lei.

INCORRETA.

Art. 37, XVIII, CF - a **administração fazendária** e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, ~~incluídas na remuneração as vantagens e direitos a qualquer título, consideradas as similaridades de atribuições de funções, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.~~

INCORRETA.

Art. 37, XII, CF - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do **Poder Judiciário** não poderão ser superiores aos pagos pelo **Poder Executivo**;

GABARITO B

50 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal, a respeito dos servidores públicos, analise os itens a seguir e responda.

I. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente não será contado para fins de disponibilidade.

II. A lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

III. Serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas.

Comentário:

I. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente não será contado para fins de disponibilidade.

INCORRETA.

Art. 40, § 9º, CF. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201, e o tempo de serviço correspondente **será** contado para fins de disponibilidade. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II. A lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

INCORRETA.

Art. 40, § 10, CF - A lei **não** poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

III. Serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

CORRETA.

Art. 40, § 12, CF. Além do disposto neste artigo, serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

GABARITO E

51 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, no âmbito da União

- a) aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.
- b) aos 70 (setenta) anos de idade, se mulher, e aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, se homem.
- c) aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher, e aos 70 (setenta) anos de idade, se homem.
- e) aos 60 (sessenta) anos de idade, ou aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, na forma de lei complementar.

Comentário:

a) CORRETA.

Art. 40, § 1º, CF. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

GABARITO A

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo e suas alterações, são deveres do funcionário, exceto:

- a) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da primeira autoridade com a qual tiver contato.
- b) zelar pela economia do material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização.
- c) tratar com urbanidade as pessoas.
- d) atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo.
- e) residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado.

Comentário:

a) CORRETA. Por exclusão, notamos que o gabarito é a letra "a", visto que, não está elencada no rol do dispositivo.

Artigo 241 da Lei n. 10.261/1968 - São deveres do funcionário:

- I - ser assíduo e pontual;
- II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;
- III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;
- IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;
- V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;
- VI - tratar com urbanidade os companheiros de serviço e as partes;

VI - tratar com urbanidade as pessoas; (NR) (c) - Inciso VI com redação dada pela Lei Complementar nº 1.096, de 24/09/2009.

VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado; (e)

VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família;

IX - zelar pela economia do material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização; (b)

X - apresentar -se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso;

XI - atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo; (d)

XII - cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho,

XIII - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e

XIV - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

GABARITO A

53 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) João é Escrevente Técnico Judiciário, casado com Maria gerente de uma multinacional. Em dado momento, Maria recebeu uma notificação de trânsito no estado de São Paulo (DETRAN), em razão da proximidade do órgão de trânsito com a repartição em que João trabalha, sua esposa pediu para que ele apresente o recurso de multa na entidade.

No tocante, ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo e suas alterações, a conduta de João é

- a) indiferente ao Estatuto, que nada prevê em relação à possibilidade de o funcionário público peticionar, em nome próprio ou de terceiros, perante repartições públicas.
- b) permitida, pois o Estatuto expressamente permite que o funcionário público exerça o direito de petição em nome próprio ou de qualquer terceiro.
- c) permitida, pois o funcionário pode, excepcionalmente, ser procurador ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.
- d) proibida, pois o funcionário público pode exercer o direito de petição perante quaisquer repartições públicas, mas somente em nome próprio, não podendo representar terceiros.
- e) proibida, pois ao funcionário público é vedado peticionar perante qualquer repartição pública, não podendo requerer, representar, pedir reconsideração ou recorrer de decisões, ainda que em nome próprio.

Comentário:

c) CORRETA. O caso de João se enquadra na exceção do dispositivo abaixo, visto que, Maria é seu cônjuge.

Artigo 243, da Lei n. 10.261/1968 - É proibido ainda, ao funcionário:

IX - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;

GABARITO C

54 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Hércules, servidor público civil do Estado de São Paulo, desprovido de má-fé, cometeu erro crasso de cálculo contra a Fazenda Estadual. De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo e suas alterações, a conduta praticada por Hércules resultará na pena de

- a) repreensão e, na reincidência, a de suspensão.
- b) suspensão e, na reincidência, a de demissão.
- c) suspensão e, na reincidência, a de repreensão.
- d) advertência e, na reincidência, a de demissão.
- e) multa e, na reincidência, a de suspensão.

Comentário:

a) CORRETA. Art. 245 da Lei n. 10.261/1968 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

(...)

IV - por qualquer erro de cálculo ou redução **contra a Fazenda Estadual.**

Art. 248, Parágrafo único, da Lei n. 10.261/1968 - No caso do item **IV** do parágrafo único do art. 245, **não tendo havido má-fé**, será aplicada a pena de repreensão e, na reincidência, a de suspensão.

GABARITO A

55 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei n. 10.261/68 e suas alterações, será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público nos casos de

- a) ineficiência no serviço.
- b) aplicação indevida de dinheiros públicos.
- c) procedimento irregular, de natureza grave.
- d) ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.
- e) praticar ato definido em lei como de improbidade.

Comentário:

a) ineficiência no serviço.

INCORRETA. Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

III - **ineficiência no serviço;**

b) aplicação indevida de dinheiros públicos.

INCORRETA. Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

IV - **aplicação indevida de dinheiros públicos;**

c) procedimento irregular, de natureza grave.

INCORRETA. Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

II - **procedimento irregular, de natureza grave;**

d) ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.

INCORRETA. Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 256 - Será aplicada a **pena de demissão** nos casos de:

V - **ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.**

e) praticar ato definido em lei como de improbidade.

CORRETA. Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) - Artigo 257 - Será aplicada a **pena de demissão a bem do serviço público** ao funcionário que:

XIII - praticar ato definido em lei como de improbidade. (NR) - Incisos XI ao XIII acrescentados pela Lei Complementar nº 942, de 06/06/2003.

GABARITO E

56 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Lei n. 10.261/68, extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em

- a) 3 (três) anos.
- b) 5 (cinco) anos.
- c) 2 (dois) anos.
- d) 4 (quatro) anos.
- e) 1 (um) ano.

Comentário:

b) CORRETA. Artigo 261, da Lei n. 10.261/68 - Extingue-se a punibilidade pela prescrição: (NR)

I - da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos; (NR)

II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; (NR)

III - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos. (NR)

2 ANOS	REPREENSÃO
	SUSPENSÃO
	MULTA
5 ANOS	DEMISSÃO
	DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO
	CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA OU DISPONIBILIDADE
NO PRAZO DE PRESSCRIÇÃO EM ABSTRATO DA PENA CRIMINAL, SE FOR SUPERIOR A CINCO ANOS	FALTA PREVISTA EM LEI DEFINIDA COMO INFRAÇÃO PENAL

GABARITO B

57 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

- a) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.
- b) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- c) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- d) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

Comentário:

~~a) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.~~

INCORRETA. Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

~~b) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.~~

INCORRETA. Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

~~c) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.~~

INCORRETA. Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

d) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

CORRETA. Art. 10, da Lei n. 8.429/92. Constitui ato de improbidade administrativa que **causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

INCORRETA. Art. 9º, da Lei n. 8.429/92 - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

GABARITO D

58 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, na hipótese de ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, o agente público está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos de

- a) oito a dez anos.
- b) cinco a oito anos.
- c) três a cinco anos.
- d) três a oito anos.
- e) cinco a dez anos.

Comentário:

a) CORRETA. As "penas" estão dispostas no art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa, entretanto, separamos a tabela de penas para facilitar a fixação:

	Art. 9º - Enriquecimento Ilícito	Art. 10 - Prejuízo ao erário	Art. 10-A - Decorrentes de Concessão indevida de benefício financeiro ou tributário	Art. 11 - atentam contra os princípios da administração pública
	Perda de bens	Perda de bens	X	X
	Perda da função	Perda da função	Perda da função	Perda da função
	Ressarcimento ao erário	Ressarcimento ao erário	X	Ressarcimento ao erário
	Suspensão dos direitos políticos	8 a 10 anos	5 a 8 anos	3 a 5 anos
	Multa	Até 3x o valor do acréscimo patrimonial	Até 2x o valor do dano	Até 100x a remuneração
Proibição de contratar com o poder público	10 anos	5 anos	X	3 anos

GABARITO A

59 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 8.429/92, é correta afirmar:

- a) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por omissão, culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o parcial ressarcimento do dano.
- b) No caso de enriquecimento ilícito, manterá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- c) A declaração de bens será trimestralmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- d) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.
- e) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.

Comentário:

a) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por omissão, culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o parcial ressarcimento do dano.

INCORRETA. Art. 5º, da Lei n. 8.429/92. Ocorrendo lesão ao patrimônio público **por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.**

b) No caso de enriquecimento ilícito, manterá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

INCORRETA. Art. 6º, da Lei n. 8.429/92. No caso de enriquecimento ilícito, **perderá** o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

c) A declaração de bens será trimestralmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

INCORRETA. Art. 13, § 2º, da Lei n. 8.429/92. A declaração de bens será **anualmente** atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

d) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

CORRETA. Art. 15, Parágrafo único, da Lei n. 8.429/92. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

e) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.

INCORRETA. Art. 17, da Lei n. 8.429/92. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de **trinta dias** da efetivação da medida cautelar.

GABARITO D

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

60 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A ata da visita correcional será encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de:

- a) até 02 dias após ser realizada.
- b) até 10 dias após ser realizada.
- c) até 15 dias após ser realizada.
- d) até 30 dias após ser realizada.
- e) até 60 dias após ser realizada.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do § 4º do art. 6º:

Art. 6º

(...)

§ 4º As atas das correições e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem:

- I - correição ordinária – até 60 (sessenta) dias após realizada;
- II - correição extraordinária ou **visita correcional – até 15 (quinze) dias** após realizada.

GABARITO C

61 – (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere ao sistema informatizado oficial, é correto afirmar que:

- a) As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.
- b) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- c) É autorizado ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.
- d) Dispensa-se o cadastramento das cartas precatórias no sistema informatizado.
- e) A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças forem proferidas.

Comentário

a) As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.

CORRETA. É o que estabelece o § 3º do art. 55:

Art. 55

(...)

§ 3º As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.

b) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados serão aplicadas aos feitos de outro juízo.

INCORRETA. Pois a retificação de seus dados NÃO será aplicadas aos feitos de outro juízo:

Art. 62. Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados **não serão aplicadas** aos feitos de outro juízo.

c) ~~É autorizado ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.~~

INCORRETA. É vedado!!!

Art. 49

(...)

§ 1º **É vedado** ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.

d) **Dispensa-se o cadastramento das cartas precatórias no sistema informatizado.**

INCORRETA. Pois as cartas precatórias serão cadastradas no sistema informatizado seguindo as mesmas regras dos processos comum, de acordo com o art. 58:

Art. 58. As cartas precatórias **serão cadastradas no sistema informatizado seguindo as mesmas regras dos processos comuns**, consignando-se, ainda, a indicação completa do juízo deprecante, e não apenas da comarca de origem, os nomes das partes, a natureza da ação e a diligência deprecada.

Parágrafo único. As movimentações pertinentes, como a devolução à origem ou o retorno para novas diligências, e respectivas datas, também serão anotadas no sistema.

e) **A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças forem proferidas.**

INCORRETA. A parte final está errada, pois o cadastro da extinção do processo, nesses casos especificados na alternativa, será feito assim que a sentença transitar em julgado, ou seja, não é quando for proferida:

Art. 59. **A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças transitarem em julgado (ou quando retornarem de superior instância com trânsito em julgado).** No mais, a extinção será cadastrada apenas quando encerrado definitivamente o processo, nada restando a ser deliberado ou cumprido pelo ofício de justiça (sentença ou acordo), considerando- se isoladamente, para tanto, a ação principal, a ação declaratória incidental, a oposição, os embargos de devedor (à execução, à execução fiscal, à adjudicação, à alienação ou à arrematação) e os embargos de terceiro. **(Alterado pelo Provimento CG Nº 15/2021)**

GABARITO A

62 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 87 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça que, ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará a autuação:

- a) imediatamente.
- b) em 24 (vinte e quatro) horas.
- c) em 48 (quarenta e oito) horas.
- d) assim que possível, levando em consideração a quantidade de trabalho.
- e) em até 10 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do prazo de 24 horas previsto no art. 87:

Art. 87. Ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará, **em 24 (vinte e quatro) horas**, a autuação, nela afixando a etiqueta que, gerada pelo sistema informatizado e oriunda do distribuidor, atribui número ao processo e traz outros dados relevantes (juízo, natureza do feito, nomes das partes, data etc.).

GABARITO B

63 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante à consulta e à carga dos autos, é correto afirmar que:

- a) É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.
- b) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente a 1 (um) salário mínimo.
- c) Os requerimentos de carga rápida dos autos serão recepcionados e atendidos h que formulados até às 20h.
- d) A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á em até 48 horas do recebimento dos autos em cartório.
- e) O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento.

Comentário

a) **É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.**

INCORRETA. É vedada tal retenção:

Art. 166. É vedada a **retenção do documento** de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.

b) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à 1 (um) salário mínimo.

INCORRETA. O prazo é de 3 dias e a multa é de metade do salário mínimo:

Art. 167. O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de **3 (três) dias**, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente **à metade do salário mínimo.** (Alterado pelo Provimento CG Nº 11/2017)

c) Os requerimentos de carga rápida dos autos serão recepcionados e atendidos desde que formulados até às 20h.

INCORRETA. O atendimento é até às 18h!!!

Art. 165. A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de uma hora, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados, respeitado o seguinte procedimento: (Alterado pelo Provimento CG Nº 65/2016)

I - os requerimentos serão recepcionados e atendidos desde que formulados **até às 18h;**

II - o formulário de controle de movimentação física será juntado aos autos no exato momento de sua devolução ao ofício de justiça, certificando-se o respectivo período de vista;

III - na hipótese dos autos não serem restituídos no período fixado, competirá ao escrivão judicial representar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao Juiz Corregedor Permanente, inclusive para fins de providências competentes junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, arts. 34, inciso XXII, e 37, inciso I).

d) A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á em até 48 horas do recebimento dos autos em cartório.

INCORRETA. A baixa deve ser feita IMEDIATAMENTE:

Art. 162

(...)

§ 3º **A baixa da carga de autos**, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, **far-se-á imediatamente**, à vista do interessado, sendo-lhe facultada a obtenção de recibo de autos, assinado pelo servidor, em instrumento previamente confeccionado pelo interessado e do qual constarão designação do ofício de justiça ou da seção administrativa, número do processo, tipo

de demanda, nome das partes e data da devolução. A cada auto processual corresponderá um recibo e a subscrição pelo servidor não implica reconhecimento da respectiva regularidade interna. [\(Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019\)](#)

e) O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento.

CORRETA. É o que dispõe o § 1º do art. 162:

Art. 162

(...)

§ 1º O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento. [\(Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019\)](#)

GABARITO E

64 - **(7º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período:

- a) de 5 dias.
- b) de 1 ano ou até o trânsito em julgado da sentença, o que ocorrer primeiro.
- c) de 24 horas.
- d) de 48 horas.
- e) de 60 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 1.226-A, de seguinte teor:

Art. 1.226-A. O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça **a terceiro interessado** será franqueado mediante **uso de senha pessoal e intransferível**, disponibilizada para utilização pelo período de **24 (vinte e quatro) horas** após a sua emissão. (Aumentado pelo Provimento CG Nº 33/2016)

GABARITO C

ATUALIDADES E NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

65 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O governador do estado de Nova York, anunciou nesta terça-feira (10) que vai deixar o cargo em meio a várias denúncias de assédio sexual.

Em um pronunciamento ao vivo em que ele negou qualquer intenção sexual nas suas condutas, mas assumiu "toda a responsabilidade" e confirmou que será substituído pela vice-governadora Kathy Hochul após uma transição que vai durar cerca de 14 dias. Hochul será a primeira mulher a governar o estado de Nova York.

(<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/10/governador-de-nova-york-renuncia-em-meio-a-denuncias-de-assedio-sexual.ghtml-adaptada>)

De acordo com a notícia quem é o governador de Nova York acusado de assédio sexual?

- a) Andrew Cuomo.
- b) David Paterson.
- c) Eliot Spitzer.
- d) George Pataki.
- e) Mario Matthew Cuomo.

Comentário:

a) **CORRETA.** A notícia se refere ao ex-governador de Nova York **Andrew Cuomo**.

Governador de Nova York, Andrew Cuomo, renuncia em meio a denúncias de assédio sexual

Ele será substituído pela vice-governadora Kathy Hochul após uma transição que vai durar 14 dias. Governador é denunciado por ao menos 11 mulheres, segundo investigação da procuradora-geral do estado.

Por Fabio Manzano, G1
10/08/2021 13h09 · Atualizado há 2 meses



GABARITO A

66 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Grupo desembarcou de um caminhão, espalhou pneus pela via e nos arredores do monumento e ateou fogo. Defesa Civil fez avaliação prévia da estátua e diz que fogo não comprometeu a estrutura.

A polícia investiga quem são os responsáveis pelo incêndio que atingiu a escultura, na Zona Sul de São Paulo, na tarde deste sábado (24).

(<https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml-adaptada>)

A notícia acima se refere

- a) ao monumento A Menina e o Bezerro.
- b) ao monumento de Borba Gato.
- c) monumento a Duque de Caxias.
- d) monumento a Giuseppe Verdi.
- e) monumento a Ramos de Azevedo.

Comentário:

b) CORRETA. A estátua incendiada se refere **ao monumento de Borba Gato**, localizado na Zona Sul de São Paulo.

Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo

Grupo desembarcou de um caminhão, espalhou pneus pela via e nos arredores do monumento e ateou fogo. Defesa Civil fez avaliação prévia da estátua e diz que fogo não comprometeu a estrutura.

Por G1 SP — São Paulo
24/07/2021 14h25 · Atualizado há 2 meses



GABARITO B

67 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A proliferação de casos da variante peruana (C.37) pela América do Sul atraiu atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda não há estudos que comprovem a maior transmissibilidade dessa cepa do novo coronavírus, mas o aumento de casos e a baixa taxa de vacinação em áreas do continente onde essa mutação foi identificada preocupam autoridades de saúde. No Brasil, por enquanto, três casos e uma morte já estão relacionados à cepa.

(<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/variante-avanca-pela-america-do-sul-e-lanca-alerta-para-o-brasil-adaptada>)

O caso acima se refere a variante

- a) Delta.
- b) Épsilon.
- c) Alfa.
- d) Beta.
- e) Lambda.

Comentário:

a) Delta.

INCORRETA. Encontrada na Índia.

b) Épsilon.

INCORRETA. Encontrada na Califórnia.

c) Alfa.

INCORRETA. Encontrada no Reino Unido.

d) Beta.

INCORRETA. Encontrada na África do Sul.

e) Lambda.

CORRETA. A **variante Lambda** foi detectada pela 1ª vez em dezembro no **Peru**.

GABARITO E

68 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, anunciou nesta quarta-feira (21) que fará um referendo para avaliar o apoio da população à polêmica lei contra a comunidade LGBTQIA+.

O anúncio do premiê foi feito após a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, advertir o governo húngaro para retificar a lei contra ou enfrentar "consequências legais" do bloco europeu.

(<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/21/premire-da-hungria-anuncia-referendo-sobre-lei-contra-ghtml-adaptada>)

Qual é o assunto polêmico que se trata a Lei Húngara?

- a) A lei proíbe o porte aberto de armas longas carregadas.
- b) A lei permite tanto o cultivo privado de cannabis para uso recreativo, quanto um sistema controlado pelo Estado para a produção e venda de maconha em farmácias.
- c) A lei equipara pedofilia e homossexualidade, proíbe a "demonstração e promoção da homossexualidade" para menores de 18 anos.
- d) A lei para "por ordem" nas redes sociais reforçará a capacidade do governo de censurar os conteúdos e perseguir internautas.
- e) A lei vai permitir processar quem ajudar grávida a abortar, as gestantes não serão processadas, mas todos os outros envolvidos, como funcionários das clínicas e quem der carona para a grávida até o local do procedimento, contribuir com dinheiro para ajudar a cobrir os custos e ou de alguma maneira aconselhar ou ajudar a mulher a obter o aborto, estarão sujeitos a ação judicial.

Comentário:

c) CORRETA. Lei equipara pedofilia e homossexualidade.

Premiê da Hungria anuncia referendo sobre lei contra gays

Lei equipara pedofilia e homossexualidade, proíbe a 'demonstração e promoção da homossexualidade' para menores de 18 anos e tem causado forte reação da União Europeia.

Por G1

21/07/2021 07h47 · Atualizado há 3 meses



GABARITO C

69 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A Câmara dos Deputados concluiu na tarde desta quinta-feira (2) a votação da proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas, empresas e investimentos. Texto-base é aprovado nesta quarta-feira por 398 votos a 77. Matéria segue para o Senado.

(<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/02/reforma-do-ir-camara-aprova-destaque-que-ghtml-adaptada>)

A única mudança aprovada pelos parlamentares durante a votação dos destaques foi

- a) a redução da tributação de lucros e dividendos para 15%.
- b) a isenção de IR sobre auxílio-moradia de agentes públicos.
- c) o crédito presumido aos produtores e importadores de medicamentos.
- d) a redução a zero das alíquotas de determinados produtos químicos e farmacêuticos.
- e) a desoneração para termelétricas à gás natural e carvão mineral.

Comentário:

a) **CORRETA.** A única mudança aprovada pelos parlamentares durante a votação dos destaques foi **a redução da tributação de lucros e dividendos para 15%.**

Reforma do IR: Câmara reduz tributação de lucros e dividendos e conclui votação do projeto

Texto-base, aprovado nesta quarta-feira por 398 votos a 77, previa tributação de 20%; deputados reduziram percentual para 15%. Matéria segue para o Senado.

Por Elisa Clavery e Jamile Racanicci, TV Globo — Brasília
02/09/2021 14h16 · Atualizado há um mês



GABARITO A

70 - (7º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Para fins de sua aplicação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) define como barreiras qualquer entrave ou obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. De acordo com a referida lei (artigo 3º, IV, f), as barreiras são classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, tecnológicas e

- a) estruturais.
- b) financeiras.
- c) tecnológicas.
- d) existenciais.
- e) atitudinais.

Comentário:

Art. 3º da Lei 13.146/2015. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) **barreiras urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) **barreiras tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

GABARITO E

MATEMÁTICA

71 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Para revestir totalmente o piso de uma sala retangular, cuja medida do comprimento é igual a 8 m, Zacarias gastou um total de R\$ 1.280,00, sendo R\$ 40,00 por m^2 . Desse modo, é correto afirmar que o perímetro dessa sala mede

- a) 20 m.
- b) 22 m.
- c) 24 m.
- d) 28 m.
- e) 32 m.

Comentário:

Sabemos que o **comprimento** corresponde a **8 metros**. Agora, precisamos descobrir a largura dessa sala retangular.

O total gasto foi R\$1.280,00, sendo R\$40,00 por m^2 , isto é, dividindo o custo total pelo custo por m^2 encontraremos a área dessa sala. Vejamos:

$$1280 \div 40 = 32 \text{ m}^2$$

Considerando a sala retangular e como já sabemos o comprimento e a área, devemos encontrar a medida da largura:

$$A (\text{Área}) = b (\text{comprimento}) \cdot h (\text{altura})$$

$$32 = 8 \cdot h$$

$$h = 32 \div 8$$

$$h = 4 \text{ m}$$

Vamos ilustrar a sala do exercício:



Desse modo, é correto afirmar que o perímetro dessa sala mede

$$8 + 4 + 8 + 4 = 24 \text{ m}$$

GABARITO C

72 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Damião tem dois canos de cobre de comprimentos diferentes. Sabe-se que o comprimento de um deles é igual a $\frac{3}{5}$ do comprimento do outro, e que a soma dos comprimentos de ambos é igual a 2,08 m. Damião pretende dividir os dois canos em pedaços de comprimentos iguais, sendo esse comprimento o maior possível, de modo que não reste nenhum pedaço. Nessas condições, o número de pedaços obtidos por Damião nessa divisão será igual a

- a) 10.
- b) 8.
- c) 7.
- d) 6.
- e) 5.

Comentário:

Damião pretende dividir os dois canos em pedaços de comprimentos iguais sendo esse comprimento o maior possível, de modo que não reste nenhum pedaço (MDC).

Mais antes de calcularmos o MDC, precisamos descobrir o tamanho dos canos:

Sabemos que o comprimento de um dos canos é igual a $\frac{3}{5}$ em relação ao outro cano.

$$1^{\text{º}} \text{ Cano} = x$$

$$2^{\text{º}} \text{ Cano} = \frac{3x}{5}$$

A soma do 1º e 2º cano corresponde a **2,08 m** ou convertendo a unidade de medida para centímetros $2,08 \times 100 = \mathbf{208 \text{ cm}}$.

Agora com as informações temos:

$$x + \frac{3x}{5} = 208 \text{ cm}$$

$$5x + 3x = 1.040$$

$$8x = 1.040$$

$$x = \frac{1.040}{8}$$

$$x = 130$$

1º Cano = **130 cm**

Vamos calcular o outro:

$$\frac{3x}{5}$$

$$\frac{3.130}{5}$$

$$\frac{390}{5} = 78$$

2º Cano = **78 cm**

Encontramos a medida de cada cano. Agora, vamos achar o Máximo Divisor Comum:

$$130, 78 | 2$$

$$65, 39 | 13$$

$$5, 13 | 2 . 13 = \mathbf{26}$$

Concluímos que cada pedaço de cano mede 26 cm, como sabemos que soma dos comprimentos corresponde a 208 cm. Nessas condições, o número de pedaços obtidos por Damião nessa divisão será igual a

$$208 \div 26 = 8$$

GABARITO B

73 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Uma empresa utilizou as máquinas A, B e C para a produção de um lote de certa peça. Os tempos de trabalho de cada máquina na produção desse lote estão relacionados na tabela, em que os tempos da máquina B e da máquina A estão representados por x e por um submúltiplo de x , respectivamente.

Máquina	Tempo trabalhado (em minutos)
A	$1,2x$
B	x
C	564

Sabendo-se que a média aritmética dos tempos de trabalho das três máquinas é igual a 870 minutos, é correto afirmar que, na produção desse lote de peças, a máquina A trabalhou durante

- a) 15 horas e 30 minutos.
- b) 16 horas e 46 minutos.
- c) 17 horas e 30 minutos.
- d) 18 horas e 06 minutos.
- e) 18 horas e 36 minutos.

Comentário:

A média aritmética é definida pela soma dos valores (tempo trabalhado), dividindo-se o resultado dessa soma pela quantidade dos valores que foram somados (número de máquinas).

Sabemos que a média das três máquinas é 870 minutos.

$$870 = \frac{1,2x+x+564}{3}$$

$$2610 = 2,2 + 564$$

$$2610 - 564 = 2,2$$

$$2046 = 2,2$$

$$2046 \div 2,2 = 930$$

Máquina A:

$$1,2 \cdot 930 = 1116 \text{ minutos}$$

Agora vamos converter a unidade de medida para encontrarmos o resultado:

$$1116 \div 60 = 18 \text{ h}, 60 \text{ min}$$

$$18 \text{ h} = 1080 \text{ minutos}$$

$$1116 \text{ min} - 1080 \text{ min} = 36 \text{ minutos}$$

Por fim, a máquina A trabalhou durante **18 horas e 36 minutos**.

GABARITO E

74 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A cada três instalações iguais completadas, a quantidade de fio utilizada excedeu à quantidade prevista inicialmente em 2,7 m. Nessas condições, para onze das mesmas instalações completadas, a quantidade de fio utilizada excederá à quantidade prevista inicialmente em

- a) 12,9 m.
- b) 12,6 m.
- c) 11,7 m.
- d) 10,6 m.
- e) 9,9 m.

Comentário:

Regra de três:

$$3 - 2,7$$

$$11 - x$$

$$3x = 2,7 \cdot 11$$

$$3x = 29,7$$

$$x = 29,7 \div 3$$

$$x = \mathbf{9,9 \text{ m}}$$

GABARITO E

75 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Uma grande rede varejista tem lojas instaladas em todas as regiões do Brasil, sendo que 60% delas estão na região Sudeste. Sabe-se que 70% das lojas da região Sudeste estão concentradas no Estado de São Paulo e que nos outros estados da região Sudeste há um total de 45 lojas. Desse modo, é correto concluir que o número total de lojas dessa rede varejista em todo o Brasil é igual a

- a) 280.
- b) 250.
- c) 220.
- d) 200.
- e) 180.

Comentário:

Inicialmente vamos encontrar o número de lojas no Estado de São Paulo:

Regra de três:

$$30\% - 45$$

$$70\% - x$$

$$30x = 45 \cdot 70$$

$$30x = 3150$$

$$x = 3150 \div 30$$

$$x = 105 \text{ lojas}$$

Somando as lojas de SP com as outras da região sudeste, temos $105 + 45 = 150$ lojas

Desse modo, é correto concluir que o número total de lojas dessa rede varejista em todo o Brasil é igual a

Regra de três:

$$150 - 60\%$$

$$x - 100\%$$

$$60x = 150 \cdot 100$$

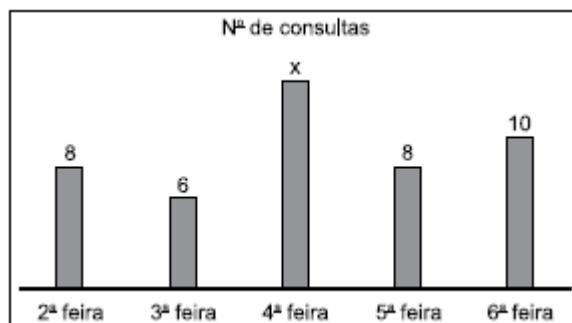
$$60x = 15000$$

$$x = 15000 \div 60$$

$$x = \text{250 lojas}$$

GABARITO B

76 - (7º Simulado Geral. 2021. Vunesp) O gráfico mostra o número de consultas realizadas em uma clínica veterinária, no decorrer dos 5 dias de uma semana.



Sabendo que cada consulta custa R\$ 150,00, e que o valor arrecadado com elas nessa semana foi R\$ 6.900,00, então, a diferença entre o número de consultas feitas na 4ª feira e a média diária de consultas foi

- a) 3,3.
- b) 4,8.
- c) 6,4.
- d) 7,7.
- e) 9,2.

Comentário:

Na semana tivemos um total de $8 + 6 + x + 8 + 10 = x + 32$ consultas. Agora, vamos multiplicar pelo **preço da consulta (R\$150,00)**, sabendo que o **total foi de R\$6.900,00**.

$$150(x + 32) = 6.900$$

$$150x + 4.800 = 6.900$$

$$150x = 6.900 - 4.800$$

$$150x = 2.100$$

$$x = \frac{2.100}{150}$$

$$x = 14$$

Concluímos que na semana foram atendidas $14 + 32 = 46$ consultas.

A média diária de consultas corresponde a

$$\frac{46}{5} = 9,2$$

Por fim, a diferença entre o número de consultas feitas na 4^a feira e a média diária de consultas foi

$$14 - 9,2 = 4,8$$

GABARITO B

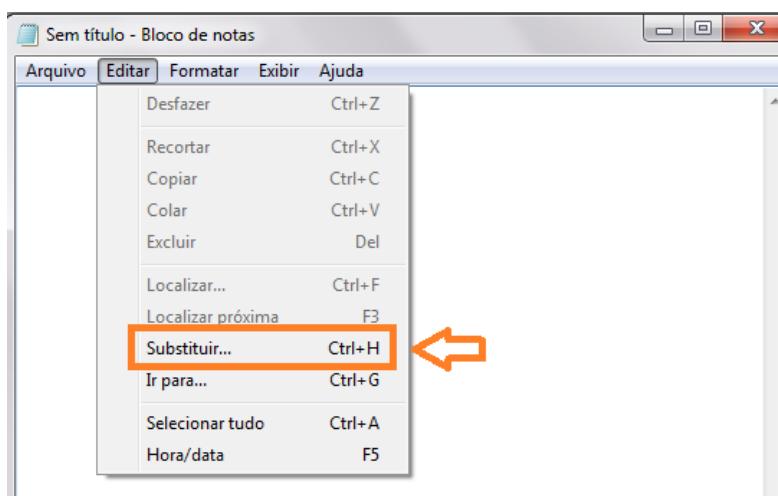
INFORMÁTICA

77 – (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Um usuário do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, abre um arquivo TXT por meio do aplicativo Bloco de Notas e resolve utilizar o recurso Substituir.

O atalho por teclado que aciona a função Substituir, conforme o enunciado, é:

- A) Ctrl + F
- B) Ctrl + G
- C) Ctrl + H
- D) Ctrl + I
- E) Ctrl + J

Comentário



GABARITO C

78- (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Em uma pasta do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário pressionou as teclas CTRL+V e surgiu um arquivo chamado Atividades.txt. Isso significa que anteriormente esse arquivo foi selecionado _____, e o usuário pressionou as teclas _____. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- A) na mesma pasta ... CTRL+A
- B) na mesma pasta ... CTRL+B
- C) em outra pasta ... CTRL+A
- D) na mesma pasta ... CTRL+C
- E) em outra pasta ... CTRL+C.

Comentário

Como o enunciado diz que surgiu um arquivo novo, então só pode ter sido copiado de outra pasta.

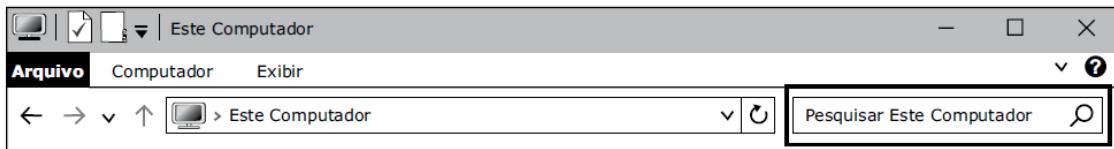
Pois se fosse da mesma pasta, não surgiria um arquivo novo, mas sim uma cópia.

E o atalho para copiar um arquivo é CTRL + C.

Portanto, o gabarito só pode ser a letra “e”.

GABARITO E

79 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) No Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um usuário pode utilizar a caixa de pesquisa do Explorador de Arquivos, destacada na imagem a seguir, para pesquisar por arquivos e pastas.



Assinale a alternativa que indica corretamente como fazer uma pesquisa por todos os arquivos e pastas que começam com a palavra controle.

- A) controle>
- B) controle*
- C) [controle]?
- D) *controle
- E) start:controle

Comentário

Tema que vem sendo tendência da Vunesp: Uso de caracteres coringas na busca.

Os caracteres coringas são freqüentemente usados no lugar de um ou mais caracteres quando se não sabe qual é o carácter real ou não quer digitar o nome inteiro do arquivo.

Usando caracteres curinga em pesquisas

Excel do Microsoft 365, Excel 2021, Excel 2019, Excel 2016, Excel 2013, Excel 2010, Excel 2007

Use caracteres curinga como critérios de comparação para filtros de texto e quando você estiver pesquisando e substituindo o conteúdo.

Para obter mais informações sobre como usar caracteres curinga com os recursos Find and Replace no Excel, consulte [Find or replace text and numbers on a worksheet](#).

Usar	Para localizar
? (ponto de interrogação)	Qualquer caractere único Por exemplo, antoni? localizará "antonio" e "antonia"
* (asterisco)	Qualquer número de caracteres Por exemplo, *este localiza "Nordeste" e "Sudeste"
~ (til) seguido de ?, * ou ~	Um ponto de interrogação, asterisco ou bloco Por exemplo, fy06~? localiza "fy06?"

No caso da questão, queremos fazer uma pesquisa por todos os arquivos e pastas que começam com a palavra controle.

Assim, devemos usar o *(asterisco) depois de controle: controle*.

Assim, a busca vai me trazer todas as pastas e arquivos que começam com a palavra controle.

O que vem depois de controle eu não sei, por isso o uso do asterisco, como na imagem acima.

GABARITO B

80 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, tem-se o seguinte texto totalmente formatado como itálico.

Câmara Municipal de Potim

Assinale a alternativa que indica o resultado se usuário selecionar o texto por completo e executar as seguintes ações: clicar no ícone para formatar o texto como negrito, logo em seguida clicar no ícone para formatar o texto como sublinhado e, finalmente, clicar no ícone para formatar o texto como itálico.

- A) ***Câmara Municipal de Potim***
- B) ***Câmara Municipal de Potim***
- C) *Câmara Municipal de Potim*
- D) *Câmara Municipal de Potim*
- E) *Câmara Municipal de Potim*

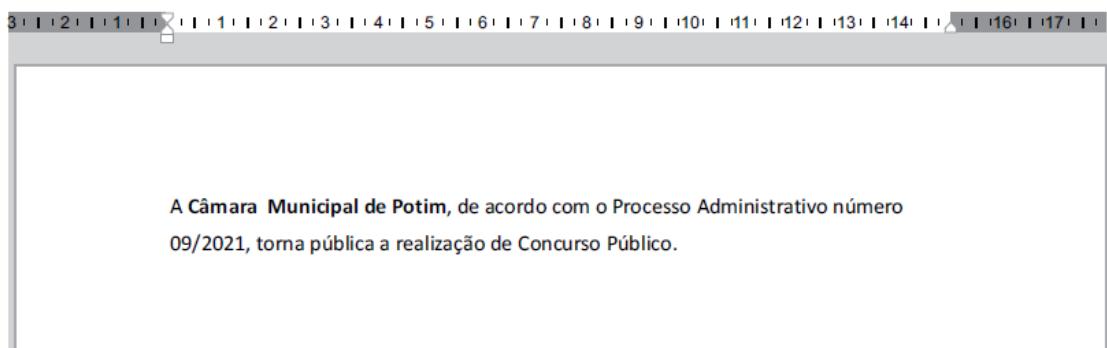
Comentário

O texto selecionado já estava em itálico. Então, quando clicamos no ícone para formatar como itálico, na verdade, o word vai remover essa formatação (pois já estava em itálico).

Assim, o gabarito só pode ser a letra “b” (negrito, sublinhado e sem a formatação itálico).

GABARITO B

81 – (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Tem-se o seguinte texto criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, alinhado à esquerda.



Observe que houve uma quebra de linha automática logo após a palavra “número”. Assinale a alternativa que indica a ação que o usuário deve fazer para conseguir manter o texto “09/2021” ainda na primeira linha.

- A) Reduzir o zoom da página.
- B) Alinhar o texto como Justificado.
- C) Reduzir o tamanho da fonte de letra.
- D) Eliminar a formatação em negrito das palavras Câmara Municipal de Potim.
- E) Ativar as marcas de parágrafo.

Comentário

C) Reduzir o tamanho da fonte de letra.

CORRETA. De fato, para conseguir manter o texto “09/2021” ainda na primeira linha, é necessário reduzir o tamanho da fonte de letra.

A quebra de linha automática é marcada pela última setinha da régua (recuo à direita). Veja que ela está entre 14 e 16.

Elá funciona como um caderno: quando a palavra não cabe na linha, a gente escreve na linha de baixo. Ora, para caber na linha, basta diminuir o tamanho da letra.

GABARITO C

82 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Observe a imagem a seguir, que mostra um documento sendo preparado por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão.

Oficial de Escola – Osasco

As palavras formatadas, respectivamente, com subscrito e sublinhado são

- A) de; Oficial.
- B) de; Osasco.
- C) Osasco; Oficial.
- D) Escola; Osasco.
- E) Escola; Oficial.

Comentário

A) de; Oficial.

CORRETA.

Subscrito: texto fica ligeiramente abaixo do restante.

Sobrescrito: texto fica ligeiramente acima do restante.

Formatar texto como sobrescrito ou subscrito

PowerPoint do Microsoft 365, PowerPoint do Microsoft 365 para Mac, [Mais...](#)

Você pode definir um caractere de texto definido ligeiramente acima (*sobrescrito*) ou abaixo (*subscrito*) da linha normal do tipo:

Exemplos:	
Subscrito	Sobrescrito
H ₂ O	Marca Registrada ®

Por exemplo: quando você adiciona uma marca registrada, direitos autorais ou outro símbolo à sua apresentação, talvez você queira que o símbolo apareça ligeiramente acima do restante do texto. Caso esteja criando uma nota de rodapé, convém também fazer isso com um número.

GABARITO A

83 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração original.

	A	B
1	Pontuação	Resultado
2	9	
3	7	
4	10	

Assinale a alternativa com o resultado que irá ser apresentado, respectivamente, nas células B2 até B4, quando o usuário digitar as seguintes fórmulas nessas células.

Célula	Fórmula
B2	=SE(A2>0;"RUIM";SE(A2>7;"REGULAR";SE(A2>9;"ÓTIMO")))
B3	=SE(A3>0;"RUIM";SE(A3>7;"REGULAR";SE(A3>9;"ÓTIMO")))
B4	=SE(A4>0;"RUIM";SE(A4>7;"REGULAR";SE(A4>9;"ÓTIMO")))

- A) RUIM, RUIM, RUIM
- B) ÓTIMO, RUIM, REGULAR
- C) REGULAR, RUIM, ÓTIMO
- D) RUIM, RUIM, ÓTIMO
- E) REGULAR, REGULAR, ÓTIMO

Comentário

Questão que assusta, mas é bem simples.

A função SE é uma das funções mais populares do Excel e permite que você faça comparações lógicas entre um valor e aquilo que você espera.

Portanto, uma instrução SE pode ter dois resultados. O primeiro resultado é se a comparação for Verdadeira, o segundo se a comparação for Falsa.

Por exemplo, =SE(C2 = "Sim", 1,2) diz SE(C2 = Sim, então retorne a 1, caso contrário retorne a 2).

No caso da questão, veja que a primeira comparação é sempre verdadeira, pois os valores contidos nas células A2, A3 e A4 são maiores que 0.

Assim, todas as células irão retornar "Ruim".

GABARITO A

84 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) A imagem a seguir mostra uma planilha elaborada por um oficial de escola por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, para calcular a média de notas para o quadro de notas de alguns alunos. As colunas A, B, C e D foram digitadas e, na coluna E, foram colocadas fórmulas para calcular a média de cada aluno.

	A	B	C	D	E
1	Aluno	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Média
2	Aline	8	10	9	9
3	Bruno	7	8	6	7
4	Camila	6	5	7	6
5	Dora	8	7	9	8
6	Elvis	10	8	6	8

A fórmula aplicada na célula E2 para calcular a média da Aline, conforme a imagem, é

- A) =MÉDIA(B2;D2)
- B) =MÉDIA(B2:D2)
- C) =MÉDIA(B2*D2)
- D) =MÉDIA(B2&D2)
- E) =MÉDIA(B2-D2)

Comentário

Temos dois operadores de referência principais no excel:

- 1) dois pontos (:) – significa até.
- 2) ponto e vírgula (;) – significa e.

No caso, queremos calcular a média da Aline, ou seja, precisamos das células B2 **até** D2. Portanto, devemos usar os **dois pontos (:)**

GABARITO B

85 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) A imagem a seguir mostra uma planilha elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, para registrar trâmites de processos de interesse de uma comissão de vereadores. Na planilha, foram registrados os números dos processos na coluna A, a fase atual do processo na coluna B e a data em que cada processo passou para a fase atual na coluna C.

	A	B	C
1	Processo	Fase	Data iniciou fase atual
2	001-2021	Inicial	01/01/2021
3	002-2021	Comissão	03/05/2021
4	003-2021	Final	20/06/2021
5	004-2021	Final	21/06/2021
6	005-2021	Comissão	04/04/2021
7			
8			
9	Comissão	2	

Após a digitação, o usuário acrescentou a palavra Comissão, na célula A9, e uma fórmula, na célula B9, para calcular a quantidade de processos que estão atualmente na fase Comissão.

A fórmula aplicada na célula B9, que atende ao descrito no enunciado, é:

- A) =CONT.SE(B2:B6;A9)
- B) =CONT.SE(B2;A9;B6)
- C) =CONT.SE(B2;B6;A9)
- D) =CONT.SE(A9;B2:B6)
- E) =CONT.SE(A9;B2;B6)

COMENTÁRIO

A) =CONT.SE(B2:B6;A9)

CORRETA.

Use CONT.SE, uma das funções estatísticas, para contar o número de células que atendem a um critério; por exemplo, para contar o número de vezes que uma cidade específica aparece em uma lista de clientes.

Na forma mais simples, a função CONT.SE informa:

=CONT.SE(Onde você quer procurar?; O que você quer procurar?)

No caso da questão, queremos encontrar “Comissão” dentre as células que estão na Coluna B.

Onde queremos procurar: B2:B6 (leia-se B2 até B6).

O que vamos procurar: “Comissão”, que está na célula A9.

GABARITO A

86 - (7º Simulado Geral.2021. Vunesp) Ao usuário responsável por receber e responder as mensagens por e-mail de eleitores da cidade para a Câmara Municipal, foi determinado que ele deveria sempre responder as mensagens com solicitações de dados, adicionando o chefe de segurança institucional como um dos destinatários da mensagem de resposta. No entanto, o remetente inicial (eleitor) não deve saber que o e-mail do chefe de segurança foi adicionado à mensagem de resposta. Para atender ao que foi descrito no enunciado, percebe-se que o usuário deve adicionar o endereço de e-mail do chefe de segurança no campo:

- A) Para
- B) Assunto
- C) Cc
- D) Cco
- E) De

Comentário

O usuário deverá usar o campo Cco, pois os destinatários incluídos em tal campo não serão exibidos aos outros destinatários que receberem a mensagem.

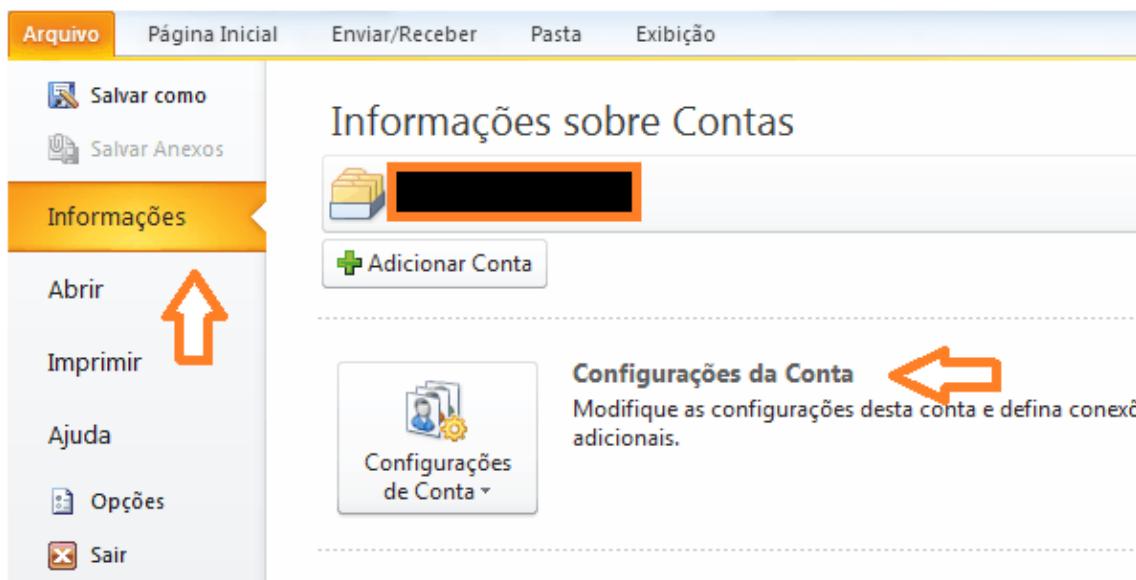
GABARITO D

87 – (7º Simulado Geral.2014. Vunesp) Considerando o MS-Outlook 2010, a partir da sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém o nome da guia e o nome da opção, respectivamente, que permite acesso a “Configurações da Conta”, conforme ilustra a figura.



- A) Arquivo, Opções.
- B) Arquivo, Propriedades.
- C) Arquivo, Informações.
- D) Página Inicial, Informações.
- E) Página Inicial, Opções.

Comentário



GABARITO C

88 – (7º Simulado Geral.2020. Outras. Adaptada) No que diz respeito aos conceitos básicos da Web, para navegar em sites da Internet, é necessário ter instalado um browser no microcomputador.

Nesse contexto, para visualizar o site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no browser Edge da Microsoft e na modalidade tela inteira, deve-se pressionar a tecla de função

- A) F7
- B) F8
- C) F9
- D) F10
- E) F11

Comentário

A tecla de função para tela inteira é F11.

GABARITO E

89 - (7º Simulado Geral.2019. Outras. Adaptada) Observe a imagem a seguir extraída do Google Chrome e assinale a alternativa correta.

O principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, fechou em queda nesta quinta-feira (15), abaixo do patamar de 100 mil pontos, acompanhando as praças internacionais em meio às crescentes preocupações de uma recessão global.

O Ibovespa recuou 1,20%, a 99.056 pontos. Na abertura, o índice chegou a operar em alta. No melhor momento, foi a 101.014 pontos. Na mínima, marcou 98.200 pontos. [Veja mais notícias](#)

Acesso em 16/08/2019.

- A) Este site certamente é uma página clonada, haja vista que na barra de endereços não consta o consagrado termo “www” no início do endereço do site.
- B) Este link está salvo como favoritos no navegador.
- C) O usuário está navegando em uma janela anônima.
- D) A conexão deste site é segura, informações (senhas, por exemplo) que você envia ao site permanecem privadas bem como as que o usuário recebe dele.
- E) O acesso a este site não aparecerá no histórico.

Comentário

A) Este site certamente é uma página clonada, haja vista que na barra de endereços não consta o consagrado termo “www” no início do endereço do site.

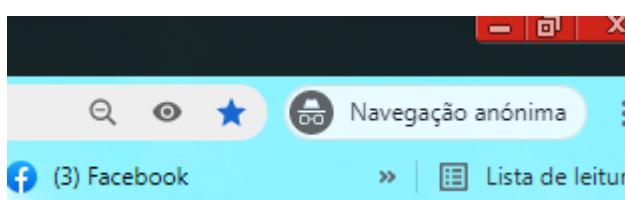
INCORRETA. O uso do “www” não é obrigatório, de forma que a ausência dele não significa que a página é clonada.

B) Este link está salvo como favoritos no navegador.

INCORRETA. Perceba que a estrelinha de favoritos no canto superior direito da tela está vazia, ou seja, o link não está salvo em favoritos. Se estivesse, a estrelinha estaria toda pintada de azul.

C) O usuário está navegando em uma janela anônima.

INCORRETA. Quando o usuário navega em uma janela anônima, aparece o símbolo e a indicação “Anônima”.



D) A conexão deste site é segura, informações (senhas, por exemplo) que você envia ao site permanecem privadas bem como as que o usuário recebe dele.

CORRETA. Perceba que há o cadeado fechado antes do link do site. Tal cadeado fechado indica que está sendo usado o protocolo HTTPS, que é a junção do HTTP com o SSL (Secure Socket Layer), garantindo que as informações transferidas, como senhas e informações pessoais, sejam criptografadas e protegidas.

E) O acesso a este site não aparecerá no histórico.

INCORRETA. Pois aparece sim no histórico de navegação.

GABARITO D

90 – (7º Simulado Geral.2021. Inéditas) Zeus, estudante de Direito, acabou de baixar em sua área de trabalho o aplicativo do MS-Teams. Contudo, por se tratar de um aplicativo novo, Zeus ainda não sabe usar todas as funcionalidades do sistema e precisa de ajuda.

Levando em consideração esse caso hipotético, assinale a alternativa que corresponde à tecla de atalho que abre a função “Ajuda” no MS-Teams.

- a) F9.
- b) F1.
- c) F8.
- d) F2.
- e) F7.

Comentário

A tecla de atalho que aciona “Ajuda” é F1 (no aplicativo da área de trabalho).

OBS: No aplicativo da web, para abrir “Ajuda” é CTRL + F1.

Para	No aplicativo da área de trabalho, pressione	No aplicativo Web, pressione
Mostrar atalhos de teclado	Ctrl+Ponto (.)	Ctrl+Ponto (.)
Ir para Pesquisar	Ctrl+E	Ctrl+E
Mostrar comandos	Ctrl+barra (/)	Ctrl+barra (/)
Abrir filtro	Ctrl+Shift+F	Ctrl+Shift+F
Ir para	Ctrl+G	Ctrl+Shift+G
Flyout de aplicativos abertos	Ctrl+Ênfase ()	Ctrl+Ênfase ()
Iniciar uma nova conversa	Ctrl+N	Alt esquerdo+N
Abrir Configurações	Ctrl+Vírgula (,)	Ctrl+Vírgula (,)
Abrir a Ajuda	F1	Ctrl+F1

GABARITO B

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (7º Simulado Geral. 2020. Outras) A respeito dos servidores que trabalham em certa prefeitura, sabe-se que:

- todos os servidores do setor de manutenção usam luvas;
- todos os servidores que usam luvas também usam botas;

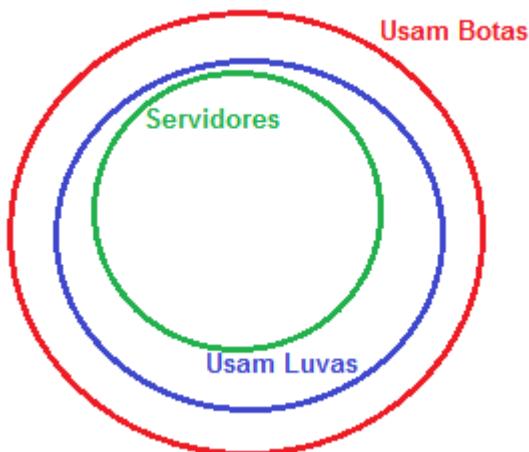
Considerando-se essas informações, conclui-se que, nessa prefeitura,

- todos os servidores que usam botas também usam luvas.
- todos os servidores que usam luvas são do setor de manutenção.
- todos os servidores que usam botas são do setor de manutenção.
- todos os servidores do setor de manutenção usam botas.
- todos os servidores que não usam luvas também não usam botas.

Comentário:

Vamos resolver utilizando os diagramas lógicos:

- todos os servidores do setor de manutenção usam luvas;
- todos os servidores que usam luvas também usam botas;



Agora, avançaremos para analisar as alternativas:

a) todos os servidores que usam botas também usam luvas.

INCORRETA. Pois, podemos ter servidores que usam apenas botas.

b) todos os servidores que usam luvas são do setor de manutenção.

INCORRETA. Uma vez que, podemos ter servidores que usem luvas e sejam de outro setor.

c) todos os servidores que usam botas são do setor de manutenção.

INCORRETA. Pois, podemos ter servidores que usam botas e não trabalham no setor de manutenção.

d) todos os servidores do setor de manutenção usam botas.

CORRETA. Exatamente, visto que, todos os servidores do setor de manutenção usam luvas, e todos os servidores que usam luvas, também usam botas. Isto é, todo servidor do setor de manutenção usa botas.

e) todos os servidores que não usam luvas também não usam botas.

INCORRETA. Pois, podemos ter servidores que não usam luvas, mas que usem botas.

GABARITO D

92 - (7º Simulado Geral. 2020. Outras) A negação lógica de “Todo professor é licenciado.” É:

- a) Nenhum licenciado é professor.
- b) Algum professor não é licenciado.
- c) Não existe licenciado que não seja professor.
- d) Nenhum professor é licenciado.
- e) Algum professor é licenciado.

Comentário:

Estamos diante de uma proposição universal afirmativa, que a negação será uma proposição particular negativa. Então, devemos substituir o conectivo universal "todo" pelo conectivo existencial "algum" e negamos o resto da proposição.

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Todo professor **é** licenciado.

Algum professor **não** é licenciado.

GABARITO B

93 - (7º Simulado Geral. 2013. Vunesp) Observe a sequência numérica.

2	3	6	15	42	123			
---	---	---	----	----	-----	--	--	--

Admitindo que a regra de formação da sequência permaneça a mesma, pode-se afirmar que os três números que completam essa tira são

- a) 369, 1107, 3321.
- b) 366, 1095, 3282.
- c) 359, 1001, 3210.
- d) 354, 985, 3147.
- e) 321, 912, 3023.

Comentário:

Analisando a sequência lógica, notamos que triplicamos o item anterior e subtraímos 3. Vejamos:

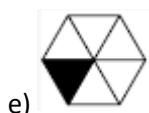
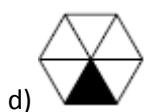
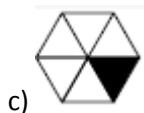
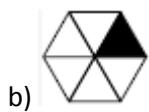
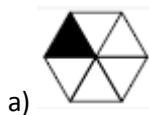
2	x 3	- 3	= 3
3	x 3	- 3	= 6
6	x 3	- 3	= 15
15	x 3	- 3	= 42
42	x 3	- 3	= 123
123	x 3	- 3	= 366
366	x 3	- 3	= 1095
1095	x 3	- 3	= 3282

GABARITO B

94 - (7º Simulado Geral. 2013. Vunesp) Observe a sequência a seguir.



Considerando que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma, pode-se afirmar que a figura que ocuparia a 54ª posição dessa sequência é



Comentário:

Analizando o enunciado, constatamos que as figuras não se repetem até a quinta posição, isto é, temos uma sequência de 5 figuras.

Agora, basta encontrarmos 54ª figura:

$$\begin{array}{r} 54 \\ 4 \end{array} \bigg| \begin{array}{r} 5 \\ 10 \end{array}$$

Conclusão, para chegarmos na 54ª figura, passaremos por 10 ciclos completos e restaram 4, ou seja, estaremos na 4ª figura.



GABARITO D

95 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

“Se Marcos está prestando esse concurso, então ele é formado no Curso de Serviço Social.”

Assinale a alternativa que contém uma afirmação equivalente para a afirmação apresentada.

- a) Marcos está prestando esse concurso se, e somente se, ele é formado no Curso de Serviço Social.
- b) Se Marcos é formado no Curso de Serviço Social, então ele está prestando esse concurso.
- c) Marcos está prestando esse concurso e ele é formado no Curso de Serviço Social.
- d) Se Marcos não é formado no Curso de Serviço Social, então ele não está prestando esse concurso.
- e) Marcos não é formado no Curso de Serviço Social e ele está prestando esse concurso.

Comentário:

Equivalência da **condicional (Se... então " \rightarrow ")**:

“**Se** Marcos está prestando esse concurso, **então** ele é formado no Curso de Serviço Social.”

1ª Opção: Bazu do Neymar: Nega a 1ª proposição e mantém a 2ª proposição trocando o conectivo **\rightarrow (Se... então)** pelo conectivo **v(ou)**. ($\sim P \vee Q$)

“Marcos **não** está prestando esse concurso **ou** ele é formado no Curso de Serviço Social.”

2ª Opção: Nega tudo e inverte. ($\sim Q \rightarrow \sim P$)

“**Se** Marcos **não** é formado no Curso de Serviço Social, **então** ele **não** está prestando esse concurso.”

Notamos que nenhuma alternativa se enquadra com a 1^a opção, logo, constamos a 2^a opção na alternativa “d”.

GABARITO D

96 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Uma correta negação lógica para a afirmação “Rosana é vulnerável ou necessitada, mas não ambos” está contida na alternativa:

- a) Rosana é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- b) Rosana não é vulnerável se, e somente se, ela é necessitada.
- c) Rosana é vulnerável e necessitada.
- d) Rosana não é vulnerável e, tampouco, necessitada.
- e) Se Rosana não é necessitada, então ela não é vulnerável.

Comentário:

“Rosana é vulnerável **ou** necessitada, **mas não ambos**”

Também, podemos reescrever essa proposição. Vejamos:

“**Ou** Rosana é vulnerável **ou** Rosana é necessitada”

Estamos diante de uma **disjunção exclusiva (y “ou ... ou”)** que só será falsa quando os valores lógicos forem iguais.

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



A negação da **disjunção exclusiva (y “ou ... ou”)**, equivale ao **bicondicional (\leftrightarrow se, e somente se”)**, isto é, será verdadeira quando as duas partes forem iguais, e será falsa quando as duas partes forem diferentes.

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Rosana é vulnerável **se, e somente se**, ela é necessitada.

GABARITO A

97 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

O técnico em análises clínicas realiza testes laboratoriais e faz análises microscópicas.

Uma negação lógica para a afirmação apresentada está contida na alternativa:

- a) O técnico em análises clínicas não realiza testes laboratoriais e não faz análises microscópicas.
- b) O técnico em análises clínicas não realiza testes laboratoriais ou não faz análises microscópicas.
- c) O técnico em análises clínicas não realiza testes laboratoriais, mas faz análises microscópicas.
- d) Quem realiza testes laboratoriais e faz análises microscópicas não é técnico em análises clínicas.
- e) Quem não realiza testes laboratoriais e não faz análises microscópicas é técnico em análises clínicas.

Comentário:

Estamos diante de uma **conjunção (e “ \wedge ”)**, que para ser verdadeiro a 1^a parte deve ser verdadeira e a 2^a parte também.

O técnico em análises clínicas realiza testes laboratoriais **e** faz análises microscópicas.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Para negarmos uma **conjunção (\wedge "e")**, basta negarmos ambas as proposições e trocarmos o conectivo "e" pela **disjunção inclusiva (\vee "ou")**.

O técnico em análises clínicas **não** realiza testes laboratoriais **ou** **não** faz análises microscópicas.

GABARITO B

98 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere a afirmação: Se a ampulheta está quebrada, então o tempo não pode ser medido. Uma afirmação que corresponde à sua negação lógica é:

- a) A ampulheta está quebrada, e o tempo pode ser medido.
- b) Se a ampulheta não está quebrada, então o tempo pode ser medido.
- c) A ampulheta não está quebrada, e o tempo não pode ser medido.
- d) Se o tempo pode ser medido, então a ampulheta não está quebrada.
- e) O tempo não pode ser medido ou a ampulheta está quebrada.

Comentário:

Estamos diante de uma **condicional (Se... então " \rightarrow ")** = $p \rightarrow \sim q$

Se a ampulheta está quebrada, **então** o tempo **não** pode ser medido.

A negação lógica do condicional mantemos a 1^a parte e negamos a segunda parte e trocamos o **condicional (Se... então " \rightarrow ")** pela **conjunção (e " \wedge ")** = $p \wedge q$

A ampulheta está quebrada, **e** o tempo pode ser medido

GABARITO A

99 - (7º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Considere verdadeiras as afirmações:

- I. Felipe não é humorista.
- II. Se André é estudioso, então Bruno não é atleta.
- III. Se Bruno não é atleta, então Carla é atriz.
- IV. Se Débora é cantora, então Carla não é atriz.
- V. Se Enzo é escritor, então André é estudioso.
- VI. Se Débora não é cantora, então Felipe é humorista.

A partir dessas informações, é verdade que

- a) André é estudioso.
- b) Carla é atriz.
- c) Débora não é cantora.
- d) Bruno não é atleta.
- e) Enzo não é escritor.

Comentário:

I. Felipe não é humorista. = **V**

VI. **Se** Débora não é cantora, **então** Felipe é humorista. = **V**

F

F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1ª parte será verdadeira e a 2ª parte será falsa.

Sabemos que Felipe é humorista é falso, logo para proposição ser verdadeira Débora é não é cantora também será falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



IV. Se Débora é cantora, então Carla não é atriz. = V

V V

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \Rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1^a parte será verdadeira e a 2^a parte será falsa.

Sabemos que Débora é cantora é verdadeiro, logo, Carla não é atriz será verdadeiro.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

III. Se Bruno não é atleta, então Carla é atriz. = V

F R

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1^a parte será verdadeira e a 2^a parte será falsa.

Sabemos que Carla é atriz é falso, logo, Bruno não é atleta também será falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

II. Se André é estudioso, então Bruno não é atleta. = V

F F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1^a parte será verdadeira e a 2^a parte será falsa.

Sabemos que Bruno não é atleta é falso, logo, André é estudioso também será falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

V. Se Enzo é escritor, então André é estudioso. = V

F F

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1^a parte será verdadeira e a 2^a parte será falsa.

Sabemos que André é estudioso é falso, logo, Enzo é escritor também será falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Agora, vamos analisar as alternativas:

- a) **André é estudioso.** = **Falso**, pois André é estudioso é falso.
- b) **Carla é atriz.** = **Falso**, pois Carla é atriz é falso.
- c) **Débora não é cantora.** = **Falso**, pois Débora não é cantora é falso.
- d) **Bruno não é atleta.** = **Falso**, pois Bruno não é atleta é falso.
- e) **Enzo não é escritor.** = **Verdade**, visto que, Enzo é escritor é falso, logo, Enzo não é escritor será verdadeiro.

GABARITO E

100 - (7º Simulado Geral. 2019. Vunesp) Considere as afirmações e o respectivo valor lógico atribuído a cada uma delas.

- I. Aldo é bravo ou Beto é tranquilo. Afirmação VERDADEIRA.
- II. Carlos não é dorminhoco e Duda é ligeiro. Afirmação FALSA.
- III. Beto é tranquilo e Enzo não é calado. Afirmação FALSA.
- IV. Se Duda é ligeiro, então Enzo é calado. Afirmação FALSA.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Beto é tranquilo.
- b) Carlos é dorminhoco.
- c) Aldo não é bravo.
- d) Enzo é calado.
- e) Duda não é ligeiro.

Comentário:

IV. Se Duda é ligeiro, **então** Enzo é calado. Afirmação **FALSA**.

V **F**

Estamos diante de uma **condicional (Se... então “ \rightarrow ”)**, que para ser falsa a 1^a parte será verdadeira e a 2^a parte será falsa.

Mnemônico: **Vera Fischer é falsa.**

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



III. Beto é tranquilo e Enzo não é calado. Afirmação FALSA.

F **V**

Estamos diante de uma **conjunção (e “ \wedge ”)**, que para ser verdadeiro a 1^a parte deve ser verdadeira e a 2^a parte também.

Como sabemos que Enzo não é calado é verdadeiro, para a conjunção ser falsa Beto é tranquilo será necessariamente falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



II. Carlos não é dorminhoco e Duda é ligeiro. Afirmação FALSA.

F **V**

Estamos diante de uma **conjunção (e “ \wedge ”)**, que para ser verdadeiro a 1^a parte deve ser verdadeira e a 2^a parte também.

Como sabemos que Duda é ligeiro é verdadeiro, na conjunção para ser falso, necessariamente Carlos não é dorminhoco será falso.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



I. Aldo é bravo **ou** Beto é tranquilo. Afirmção **VERDADEIRA**.

V **F**

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva (ou "v")**, que só será falsa se ambas as partes forem falsas.

Como sabemos que Beto é tranquilo é falso, necessariamente na disjunção inclusiva Aldo é bravo será verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



Agora, vamos analisar as alternativas:

a) Beto é tranquilo. = **Falso**

b) Carlos é dorminhoco. = **Verdadeiro**, visto que, Carlos não é dorminhoco é falso.

c) Aldo não é bravo. = **Falso**, pois Aldo é bravo é verdadeiro.

d) Enzo é calado. = **Falso**, uma vez que, Enzo não é calado é verdadeiro.

e) Duda não é ligeiro. = **Falso**, já que Duda é ligeiro é verdadeiro.

GABARITO B